

Psicologia Humanista no Brasil

Gomes, W. B., Holanda, A. F., & Gauer, G.(2004).

Museu Virtual da Psicologia no Brasil

Porto Alegre: MuseuPSI

Psicologia Humanista no Brasil¹

Uma versão modificada deste texto foi publicada com os títulos: Gomes, W. B., Holanda, A. F., & Gauer, G. (2004). Primórdios da Psicologia Humanista no Brasil; e História das Abordagens Humanistas em Psicologia no Brasil. Em Marina Massimi (Org.), História da Psicologia no Brasil do Século XX (pp. 87-103; 105-129). São Paulo: EPU.

William Barbosa Gomes Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Adriano Furtado Holanda Universidade de Brasília (UnB)

Gustavo Gauer Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Autores e Endereços

William Barbosa Gomes é professor de epistemologia e história da psicologia nos cursos de graduação e pós-graduação do Instituto de Psicologia da Universidade Federal

do Rio Grande do Sul. Seu envolvimento com as idéias humanistas teve origem nas aulas de Lúcio Flávio Campos e Maria Auxiliadora Moura, na Universidade Católica de Pernambuco, onde obteve o título de psicólogo, em janeiro de 1972. Em São Paulo, estudou Psicoterapia Centrada na Pessoa com Miguel de la Puente, na Pontifícia Universidade Católica de Campinas, entre 1975 e 1977. Nos Estados Unidos obteve o título de mestre com a dissertação *The Communicational-Relational System in Two Forms of Family Group Composition*, sob orientação de Goff Barrett-Lennard, um ex-orientando e importante colaborador de Carl Rogers na Southern Illinois University - Carbondale, em 1980. Na mesma universidade, sob orientação dos filósofos Emil Speer e Richard Lanigan, obteve o título de doutor, em 1983, com a tese: *Experiential Psychotherapy and Semiotic Phenomenology: A Methodological Consideration of Eugene Gendlin's Theory and Application of Focusing*. Gomes é bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. Seus interesses incluem temas relacionados à fenomenologia e à história da psicologia. Endereço: Instituto de Psicologia - UFRGS. Rua Ramiro Barcelos, 2600, 90035-003 Porto Alegre - RS. E-mail: gomesw@ufrgs.br.

Adriano Furtado Holanda, psicólogo e recém doutor em psicologia, exercendo no momento atividades de professor substituto na Universidade de Brasília. Holanda obteve o título de mestre, em 1993, pela Universidade de Brasília, com a dissertação *Carl Rogers e Martin Buber: Abordagem Centrada na Pessoa e Filosofia Dialógica em Questão*, sob orientação de Jorge Ribeiro Ponciano, e com bolsa do CNPq. A dissertação foi publicada com o mesmo título pela Lemos Editorial. O título de doutor foi obtido na Pontifícia Universidade Católica de Campinas, em 2002, com a tese *O Resgate da Fenomenologia de Husserl e a Pesquisa em Psicologia*, sob orientação de Mauro Martins AmatuZZi e com bolsa da CAPES. Holanda é um ativo colaborador de entidades científicas e profissionais. Endereço: SHIS QL / Conjunto 06 / Casa 17 / Lago Sul - 71640.065 Brasília-DF. E-mail: aholanda@yahoo.com

Gustavo Gauer é psicólogo e mestre pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, estando no momento matriculado no curso de doutorado em psicologia, na mesma universidade. Gauer trabalha sob orientação de William B. Gomes desde a graduação, quando foi bolsista de iniciação científica do CNPq. A dissertação de mestrado, concluída em 2001, com bolsa do CNPq, foi um estudo historiográfico sobre a Psicologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Ensino e Pesquisa Após a

Reforma Universitária. Na tese de doutorado Gauer, que é bolsista da CAPES, está tratando do tema Memória Autobiográfica: Reflexividade e Coesão na Expressão da Experiência Consciente. Recentemente, Gauer foi contemplado com uma bolsa de doutorado sanduíche da CAPES, para Duke University, EUA. Endereço: Instituto de Psicologia - UFRGS. Rua Ramiro Barcelos, 2600, 90035-003 Porto Alegre - RS. E-mail: gustavogauer@hotmail.com

A psicologia estabeleceu-se como disciplina independente elegendo como objeto de estudo a experiência consciente. Para tanto, substituiu a introspecção especulativa pela introspecção científica, um método desenvolvido para o estudar o conteúdo da experiência imediata. A psicologia da consciência, como proposta por Wilhelm Wundt (1832-1920) e seu discípulo Edward B. Titchener (1867-1927), não obteve o sucesso esperado, desaparecendo nas primeiras décadas do século XX. A teoria dos conteúdos da consciência foi sucedida pelo funcionalismo, que procurou integrar técnicas introspectivas com técnicas extrospectivas. No entanto, a difusão da psicanálise e do behaviorismo deslocou o interesse, respectivamente, para o inconsciente e para a observação direta do comportamento. Na perspectiva psicanalítica, a consciência seria abordada indiretamente através das explorações do inconsciente. Na perspectiva behaviorista, o estudo da consciência não se mostrava factível ou relevante para a Psicologia (Gomes, 1983).

Na década de 1930, duas tendências começaram a emergir na Psicologia internacional. De um lado, a exploração científica da experiência consciente reaparecia por influência da Psicologia Gestáltica. Como exemplos podem ser citados: a teoria de aprendizagem de Clark Hull (1884-1952), que introduzia o conceito de variável interveniente ou intraorganísmica na seqüência estímulo-resposta; a teoria cognitiva de campo ou behaviorismo intencional de Edward C. Tolman (1886-1959), que introduzia o conceito de mapas cognitivos; e a teoria neurofisiológica de Karl S. Lashley (1890-1958), para quem a linguagem representava as funções integrativas do córtex cerebral, alcançando o seu mais alto desenvolvimento nos processos do pensamento humano. Esses teóricos são hoje considerados como precursores do movimento cognitivo, um movimento que

ganhou força nas últimas duas décadas do século XX (Kristensen, Almeida & Gomes, 2001).

De outro lado, o aparecimento dos estudos da personalidade, como um esforço integrativo diante da dispersão e fragmentação das pesquisas em processos básicos, recuperou a centralidade da experiência consciente para a Psicologia. A tendência foi representada pelos trabalhos de Eduard Spranger (1882-1963) e William Stern (1871-1938) na Alemanha; e de Gordon Allport (1897-1967), Abraham Maslow (1908-1970), Rollo May (1909-1994), Charlotte Bühler (1893-1974), e Carl Rogers (1902-1987) nos EUA. Esses autores, de diferentes maneiras, mas com vários pontos convergentes, defendiam uma psicologia compreensiva capaz de considerar o ser humano em sua singularidade e totalidade. A repercussão destas idéias nos EUA deu origem a uma nova orientação no campo psicológico que se tornou conhecida como Terceira Força ou Psicologia Humanista. Em suma, os esforços dos experimentalistas na retomada das questões cognitivas, e dos compreensivistas na retomada das questões fenomenais e vivenciais trouxeram de volta o lugar da consciência na pesquisa e na prática psicológica.

Em um estudo histórico sobre as psicologias fenomenológicas, existenciais e humanistas, Misiak e Sexton (1973) reconheceram a dificuldade para definir a Psicologia Humanista de modo conclusivo e satisfatório. Em primeiro lugar, pela ausência de uma teoria humanista de Psicologia, e em segundo lugar pela própria história do humanismo. O pensador católico Alceu Amoroso Lima (1893-1983), ao apresentar o existencialismo para os leitores brasileiros em 1951, distinguiu três variedades de humanismo: marxista, existencialista, e personalista. No humanismo marxista, de inspiração hegeliana, o homem é objeto, produto da evolução da matéria e da história da sociedade. O humanismo existencialista, de orientação sartreana, é um protesto contra o marxista: o homem é um projeto, vive sem saber de onde vem e para onde vai. Não dependendo de Deus e nem da sociedade, é soberano e livre, em escolhas e situações (angústia, náusea, etc.). O humanismo cristão, ou personalista, preferido por Lima, tomaria o homem como sujeito, ápice da criação de Deus e centro do universo, e infinito em possibilidades (Lima, 1951). Numa perspectiva histórica e sem preferências filosóficas ou religiosas, o termo humanismo pode ser associado a cinco grandes

momentos das idéias psicológicas, podendo ser denominados de humanismo clássico, humanismo romântico, humanismo individual, humanismo social, e humanismo crítico.

O humanismo ideal ou clássico foi um movimento ou uma corrente de pensamento associada ao início da idade moderna e ao fim do dogmatismo medieval. Caracterizou-se pela defesa da individualidade, da singularidade, e da expressividade irrestrita. O humanismo clássico estimulou a busca por liberdade e independência, despertou a curiosidade por novos conhecimentos, e sistematizou métodos de pesquisa para a confirmação da verdade. Ele esteve na gênese das transformações políticas e econômicas que mudaram a face do mundo europeu. Seu correlato político e social foi o liberalismo.

O humanismo romântico foi um movimento filosófico, jurídico, político, econômico e artístico que se caracterizou pela defesa da expressão plena dos sentimentos, pela afirmação irrestrita da liberdade, e pela defesa da individualidade. Neste humanismo, o pensamento humano não era entendido nem como produto da natureza nem da razão. Era entendido como elaboração livre e poética da imaginação, movido por determinações irracionais. Para o humanismo romântico, o primado da intuição e do sentimento está à frente da razão e da análise. Neste sentido, o irracional atrai mais que o racional, o imprevisível mais que o previsível, o multiforme mais que o uniforme, o trágico mais que o cômico, o oculto mais que o presente, o implícito mais que o explícito, o sublime mais que o belo, e o interno mais que o externo. Nesta concepção, a mentalidade era uma injunção de forças históricas. O movimento alcançou seu auge entre os anos de 1780 e 1830, e seu correlato político foi a revolução francesa.

O humanismo individual recupera valores como independência, hedonismo, dissidência, tolerância, permissividade, e auto-expressão. Esses valores aparecem claramente na teoria de Maslow (1968), ao defender o valor da pessoa não pela sua produção mas pelo seu potencial. Emergem ainda na teoria de Rogers (1961/1970) ao defender a confiança irrestrita na pessoa; e também na oração da Gestalt (Royce & Mos, 1981), ao recomendar que cada um cuide de sua vida e não da vida do outro e que cada um viva para sua expectativa e não para a expectativa do outro. A regra estava na ação movida pelo "aqui e agora". O humanismo individual alcançou seu auge na década de 1960, acarretando mudanças sociais e políticas no sentido da liberdade e da igualdade. Nas escolas, as mudanças reduziram a autoridade dos professores e incrementaram a

liberdade de expressão e da convivência social. Na psicologia, o movimento deu grande acolhida a propostas de terapias de grupo que subvertiam valores tradicionais - a boa educação se deixa em casa - e liberavam a expressão e o toque corporal. Na política, o humanismo individual defendeu a democracia e deu voz às minorias. Na economia, o humanismo individual, embora implícito nos movimentos da contra-cultura, é uma consequência dos ciclos de prosperidade capitalista.

O humanismo social caracteriza-se pela revolta contra as injustiças, as desigualdades, e as diferenças de classes. Apresenta-se na luta contra a alienação dos processos dominadores das forças econômicas e históricas, e centraliza sua intervenção na tomada de consciência dos diferentes modos e possibilidades de inserção e conquista social. Os correlatos políticos deste humanismo foram as revoluções populares de inspiração marxista. Na Psicologia, o movimento se fez presente pela intensa crítica e participação política, assim como pela proposição de uma psicologia sócio-histórica. A grande força deste movimento ocorreu na década de 1960 em contraposição ao expansionismo do capitalismo. Na economia, o humanismo social levou à estagnação dos meios de produção nos países nos quais chegou ao poder através de atos revolucionários.

O humanismo crítico é a negação de todos os humanismos e de suas formulações fantasiosas e utópicas. É uma redefinição da relação do homem consigo mesmo e do homem com o mundo. Essa nova relação está presente no conceito do ato de existir em Heidegger, na busca da pura consciência em Sartre, ou no reconhecimento da inextrincável relação com o mundo, em Merleau-Ponty. O humanismo crítico compartilha com os demais humanismos a exaltação do indivíduo como criador de seus próprios valores e sentidos, mas tende a se concentrar em aspectos técnicos da filosofia e do método científico. Neste sentido, oferece uma reformulação ontológica da natureza ou condição humana, procurando explicar a possibilidade de qualquer experiência consciente através das estruturas fundamentais da própria experiência consciente. É, portanto, uma abordagem fundamentalmente técnica e metodológica, isto é, um método para pensar.

Um correlato do humanismo crítico foi o movimento estruturalista e pós-estruturalista, liderado por pensadores franceses. As diferentes faces do movimento humanista dificultam qualquer proposição de definição de humanismo e muito mais de psicologia

humanista. Shaffer (1978) resumiu as principais convergências da psicologia humanista em cinco pontos:

- 1) tomam como ponto de partida a experiência consciente, alinhando-se com a fenomenologia e o existencialismo;
- 2) abordam o ser humano em sua totalidade e integridade;
- 3) entendem a condição humana como limitada pela imbricação eu-corpo/outro/mundo, mas nem por isso destituída de liberdade e autonomia;
- 4) trabalham com uma metodologia anti-reducionista; e
- 5) assumem uma ética fundamentada na abertura para a experiência, na possibilidade de escolha, e na exequibilidade da redefinição do sentido de vida.

O humanismo não é uma teoria, não é um método, não é uma filosofia, e nem é uma psicologia. É um movimento implícito na historicidade das idéias que aflora com maior ou menor intensidade de tempos em tempos. Enquanto mensagem, alcança uma variedade de grupos, dos mais diferentes modos, em função de um estado de opressão individual e social. Enquanto força de mobilização, pode estar na base da busca individual por mudança de sentido de vida, ou na mobilização de grandes massas por justiça e reformas sociais.

Os humanismos têm em comum a ênfase no valor da individualidade. O humanismo individual, mais claramente identificado com o que se reconhece como psicologia humanista, tem como meta a promoção de revoluções individuais, isto é, o rompimento com um estilo de vida e com uma maneira de pensar. Em contraste, o humanismo social, mais claramente identificado com uma psicologia sócio-histórica, é anti-individualista e enfatiza a união de forças em grandes movimentos solidários na promoção de mudanças sociais. Ambos os humanismos estão comprometidos com a melhoria da qualidade de vida.

No Brasil, uma introdução histórica ao humanismo, no caso propriamente identificado como matrizes românticas e pós-românticas, encontra-se no conhecido livro de Luís Cláudio Figueiredo (1989) Matrizes do Pensamento Psicológico. O texto de Figueiredo,

pela clareza didática e pela perspicácia epistemológica, supera de longe similares internacionais. É, sem dúvida, uma boa maneira de introduzir o tema, em seus aspectos conceituais, metodológicos e históricos. Teorias associadas ao humanismo, como fenomenologia e existencialismo, aparecem sob a denominação de psicologias compreensivas por estarem interessadas no estudo da expressividade e da comunicação. Tecnicamente, são teorias preocupadas com os problemas de interpretação.

O presente registro histórico limita-se ao reconhecimento da presença de tendências humanistas na Psicologia praticada no Brasil. Enquanto registro é provisório e parcial, posto que a preocupação com a memória e as ligações históricas de nossas idéias e ações é ainda uma prática recente. Para este estudo, foi possível localizar notas avulsas sobre personagens, eventos, publicações e sociedades identificadas com o humanismo na Psicologia. Neste sentido, o estudo limita-se ao registro das cinco teorias mais claramente associadas ao termo psicologia humanista no Brasil: Existencialismo, Fenomenologia, Abordagem Centrada na Pessoa, Gestalt-terapia e Logoterapia. As psicologias humanistas tiveram uma importante participação na difusão de várias modalidades de grupoterapias, como os grupos de sensibilização e o psicodrama. Registre-se que essas atividades foram introduzidas no Brasil, na segunda metade dos anos 1960, por Pierre Weil, que chegou estudar psicodrama com J. L. Moreno, na Itália (Weil, 1967). No entanto, o foco desta exposição é o registro da chegada das grandes teorias humanistas no Brasil, não se detendo em desdobramentos como o trabalho de grupos, ou aplicações em educação. A ordem da exposição obedece ao vetor teórico que serviu de atração para o estudo das teorias humanistas.

Neste sentido, a primazia cabe à Abordagem Centrada na Pessoa que parece ter sido a primeira a ser difundida entre psicólogos, introduzindo o existencialismo e a fenomenologia. Na verdade, o existencialismo já era estudado no Brasil, desde os anos de 1910, pelo filósofo Farias Brito; e a fenomenologia desde os anos de 1940, pelo médico psicólogo Nilton Campos. Por outro lado, houve psicólogos que chegaram à proposição de uma abordagem fenomenológica para a psicologia fundamentando-se diretamente em fontes européias, como foi o caso de Monique Augras (1981). A seqüência dos tópicos a serem apresentados é a seguinte: Existencialismo, Fenomenologia, Fenomenologia Existencial, Abordagem Centrada na Pessoa (ACP), Fenomenologia e Psicologia, Gestalt-terapia, e Logoterapia.

Existencialismo

No Brasil, a discussão filosófica que rompeu a entrada do século XX estava em torno de três tendências: espiritualismo, positivismo e materialismo. Neste contexto, um filósofo irá se diferenciar e se distinguir como o grande divisor de águas da filosofia no Brasil. Trata-se do cearense Raimundo de Farias Brito (1862-1917). Ele formou-se em Direito no Recife, onde recebeu a influência de Tobias Barreto de Menezes (1839-1889). Trabalhou em Fortaleza e Belém, terminando sua carreira como catedrático de Lógica no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro. Em alguns trabalhos pioneiros sobre a história da filosofia no Brasil (Franca, 1929; Machado, 1976; Rabello, 1941), Farias Brito foi considerado o principal filósofo brasileiro do início do século XX.

Mas qual era a filosofia de Farias Brito? Aí está a surpresa. Segundo Guimarães (1979), Farias Brito assentou as bases para a recepção do pensamento existencialista no Brasil. Em uma análise da obra de Farias Brito, Penna (1992) identificou influências de Henri Bergson (1859-1941), Johann Gottlieb Fichte (1762-18140), e da Escola de Würzburgo, que ficou conhecida por defender, ao contrário de Wundt, a ocorrência de pensamentos sem imagens. Crítico do materialismo, do evolucionismo, do mecanicismo, do marxismo e do positivismo (Machado, 1968), Farias Brito defendia uma espécie de monismo espiritualista, que o Padre Leonel França (1896-1948) chamou de "panpsiquismo panteísta" (Franca, 1929), com influência do filósofo Espinosa (Baruch Spinoza, 1632-1677). Em seu pioneiro estudo histórico da filosofia no Brasil, França classificou Farias Brito à parte daquelas que ele identificava como as três tendências principais do pensamento brasileiro: espiritualismo, positivismo e materialismo.

A obra de Farias Brito foi por ele mesmo dividida em duas fases (não necessariamente sucessivas): uma primeira de preocupação com a "finalidade do mundo" e uma segunda, de interesse pelos "dados gerais da filosofia do espírito". São exemplos desta última fase obras como *A Base Física do Espírito*, de 1912, e *O mundo interior*, de 1914, a última obra do autor. No estudo dos dados da filosofia do espírito, Farias Brito reserva à psicologia um papel proeminente na reflexão filosófica. Ele de fato pretendia que a filosofia fosse fundamentada na psicologia (Rabello, 1941). Segundo Farias Brito, a metafísica confunde-se com a psicologia, na medida em que a realidade em si, objeto da metafísica, resume-se à vida interior (espírito), enquanto que o mundo exterior (mecânico) é pura aparência. Mecanismo e consciência são princípios irreduzíveis um ao

outro. Assim, a psicologia deve ocupar-se dos fenômenos subjetivos da consciência, através do método introspectivo (Franca, 1929). Essa introspecção pode ser direta, voltada aos fenômenos imediatos da consciência, ou indireta, para as manifestações exteriores da consciência e para os movimentos de outros indivíduos.

Segundo Machado (1968), a ligação de Farias Brito com o existencialismo refletir-se-ia na tendência a recorrer às "fontes subjetivas como base da elaboração filosófica (...), que assumiria forma extremada no existencialismo francês e na filosofia existencial alemã" (p.276). O sentido da filosofia de Farias Brito é assim resumido por Machado: Em Farias Brito a filosofia se interioriza. Os temas humanos, a morte, a vida, o mundo moral, as circunstâncias existenciais, o conhecimento, consciência e mundo e os grandes temas do espírito e do mundo interior (...) são os temas que propõe Farias Brito (p. 276).

A aproximação de Farias Brito foi por esta preocupação com as fontes subjetivas da experiência. Penna (1992) aponta ainda outros indícios de uma aproximação de Farias Brito com a filosofia existencial, como a preocupação com a problemática da morte.

O período em que Farias Brito atuou precedeu as reformas do ensino superior do governo Vargas, que criariam as primeiras universidades brasileiras, nas quais as Faculdades de Filosofia cumpriram um papel formidável. As Faculdades de Filosofia não apenas centralizariam a administração universitária, como viriam a ser os principais centros formadores de profissionais e professores para inúmeras áreas do conhecimento. Essa influência formadora se verificaria sobremaneira no campo da psicologia. Mais que isso, as Faculdades de Filosofia concentrariam, do início dos anos 1930 até a nova reforma universitária, de 1968, a maior parte do conhecimento científico e filosófico produzido e veiculado no Brasil. Assim, era de se esperar que idéias que prosperassem naquelas instituições exercem grande influência em todas as áreas do conhecimento, sobretudo no campo das ciências humanas. O existencialismo e a fenomenologia estão entre esses movimentos que, uma vez introduzidos nas Faculdades de Filosofia, difundiram-se, alcançando a psicologia.

O caso do Rio Grande do Sul é um exemplo da importância das faculdades de filosofia na difusão das idéias existencialistas, e foi abordado por Ernani Maria Fiori, um dos principais professores da Faculdade de Filosofia. Por volta dos anos 1950, o existencialismo influenciou a primeira geração de professores da Faculdade de Filosofia

da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), através da obra de Gabriel Marcel (1889-1973), sendo que o próprio filósofo francês chegou a visitar Porto Alegre (Fiori, 1987).

Juntamente com Jean-Paul Sartre (1905-1980), Marcel representava o existencialismo francês. Em contraste com Sartre, Marcel era considerado um existencialista cristão, embora ele próprio negasse o rótulo (Ferrater Mora, 1986). Nessa mesma época, a fenomenologia também exerceria influência, através de Maurice Merleau-Ponty (1908-1961). Há quem diga que o interesse por Heidegger prevaleceu no Brasil, pelas dificuldades dos pensadores de influência católica conviverem com o ateísmo de Sartre (Paim, 1967). Sartre esteve no Rio de Janeiro em 1961, onde proferiu uma série de conferências. Segundo Fiori (1987), o pensamento de Martin Heidegger (1889-1976) passou a ser veiculado principalmente por dois professores pertencentes ao que ele identifica como uma segunda geração de professores, que foram alunos da própria Faculdade de Filosofia: Gerd Bornheim e Ernildo Stein.

Gerd Bornheim (1929-2002) estudou nas universidades de Sorbonne em Paris, Oxford na Inglaterra, e Freiburg na Alemanha. Foi um dos divulgadores de Jean-Paul Sartre no Brasil (Bornheim, 1970, 1972), mas se considerava mais identificado com as teorias de Heidegger, Hegel (1770-1831) e Marx (1818-1883). Foi professor na UFRGS, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). O primeiro livro de Ernildo Stein, publicado em 1966, e intitulado *Introdução ao Pensamento de Martin Heidegger*, foi seguido em 1967 pela sua tese de livre-docência, *Compreensão e Finitude: Estrutura e Movimento da Interrogação Heideggeriana*. Desde então, Stein publicou pelo menos mais cinco livros e numerosos artigos influenciados ou dedicados ao método fenomenológico e à reflexão sobre o problema da verdade em Heidegger. Paralelamente, Stein dedicou-se a temáticas próximas do existencialismo, como no livro *Melancolia*, de 1976. Ernildo Stein é ainda tradutor de diversas obras de Heidegger para o português. Stein lecionou na UFRGS até aposentar-se em 1996, quando iniciou atividades na PUCRS.

Por fim, cabe deixar esclarecida a diferença dos termos existência e existencialismo. Foi o filósofo dinamarquês Søren Kierkegaard (1813-1855) quem usou pela primeira vez o termo existência no sentido de subjetividade, assinalando a experiência da interioridade individual enquanto algo válido e concreto. Heidegger pretendeu ser antes de tudo o

filósofo do ser, tentando resolver o problema ontológico do ser na ex-sistência, o ser-fora-de-si (o que parece não ter conseguido), e Jaspers se considerou como um filósofo da existência. O termo existencialismo identifica filósofos como Gabriel Marcel, Jean-Paul Sartre, Maurice Merleau-Ponty, Simone de Beauvoir (1908-1986), Paul Tillich (1886-1965), e Martin Buber (1878-1965).

Fenomenologia

Assinala-se o início do movimento fenomenológico com a publicação do livro *Investigações Lógicas*, de Edmund Husserl (1859-1938). Nesse livro, Husserl criticava o psicologismo, apontado por ele como a substituição da lógica pela empiria psicológica. Husserl opunha-se à pretensão de uma psicologia positiva e experimental, baseada em uma epistemologia fisiológica, apresentar-se como fundamento para a filosofia. Diante da improcedência do psicologismo, a fenomenologia surgia como um método descritivo e reflexivo para estudo da experiência consciente. Tecnicamente, o método enunciava um modo de apresentar a experiência consciente como uma evidência para a investigação. Após Husserl, o desenvolvimento da fenomenologia desdobrou-se em pelo menos quatro ramos distintos (Embree, 1997):

- 1) fenomenologia realista com ênfase na procura de essências universais nos mais variados objetos, por exemplo, os estudos de Max Scheler (1874-1928) sobre ética;
- 2) fenomenologia constitutiva com a ênfase nos aspectos técnicos do método, em particular, as questões concernentes à suspensão das suposições apriorísticas, por exemplo, Aron Gurwitsch (1900-1973), ao estudar a percepção sem se preocupar com qualquer influência de estimulação;
- 3) fenomenologia existencial conforme as diferentes concepções de Martin Heidegger, Jean-Paul Sartre, e Maurice Merleau-Ponty; e
- 4) fenomenologia hermenêutica, representada pelos trabalhos sobre interpretação de Hans-Georg Gadamer (1900-2002) e Paul Ricoeur (n. 1913). Esses quatro ramos articulam-se, na atualidade, de diferentes modos, principalmente quando o interesse é a aplicação do método a ontologias regionais.

Em sua história exaustiva do movimento fenomenológico, Spiegelberg (1982) reconheceu a impossibilidade de apresentá-lo em uma definição consensual e unívoca. A fenomenologia tomou diferentes caminhos para atender necessidades das mais diferentes áreas de conhecimento. Neste sentido, é sempre uma surpresa localizar onde estão alojados os estudos e as pesquisas fenomenológicas em uma universidade. Elas podem estar em departamentos tão díspares como geografia, matemática, arquitetura, enfermagem, direito ou teologia. No entanto, é possível dizer que os pesquisadores fenomenológicos concordam ao menos com um ou outro dos seguintes pontos (Embree, 1997):

- 1) que a cognição, enquanto consciência da coisa em si, pode ser abordada do modo claro e distinto, de acordo com as especificidades de sua natureza;
- 2) que a cognição, enquanto consciência da coisa em si, pode se constituir de objetos naturais, culturais e ideais, e que estes objetos podem ser evidenciados e conhecidos;
- 3) que a pesquisa é eminentemente dialogal;
- 4) que a abordagem central do método é a descrição do fenômeno, enquanto ato anterior à determinação de causas, propósitos ou fundamentos;
- 5) que a autenticidade da descrição depende da habilidade do pesquisador em suspender ou colocar entre parênteses seus preconceitos (este aspecto é polêmico, não sendo aceito por todos).

O movimento fenomenológico opõe-se à aceitação ingênua ou não-crítica de pensamentos especulativos e de sistemas teóricos fundamentados em premissas hipotéticas. Ele é também conhecido por sua oposição ao objetivismo e ao positivismo. Contudo, deve-se deixar claro que a fenomenologia não se opõe ao desenvolvimento da ciência natural ou da tecnologia. Ao contrário, ela é na verdade uma forma sofisticada e refinada para trabalhar com a evidência e desta forma contribuir para o aperfeiçoamento técnico e ético da ciência, da filosofia, e da existência.

As idéias fenomenológicas se expandiram rapidamente, apesar das dificuldades pessoais de Husserl com comunicação e relações interpessoais. A primeira área de influência da

fenomenologia, ainda nas no início do século XX, foi a psiquiatria, representada nos trabalhos de Ludwing Binswanger (1881-1966) e mesmo na fenomenologia independente de Karl Jaspers (1883-1969). A seguir, a influência da fenomenologia alcançava, na década de 1920, a educação, a música, a teologia e o simbolismo. Na década de 1930, a fenomenologia chegava à arquitetura, à literatura, e ao teatro; na década de 1940, foi a vez da antropologia, do cinema, das pesquisas de gênero, e da política. Nas décadas de 1950 e 1960, a fenomenologia dominou o cenário filosófico francês. Na década de 1970, a fenomenologia transformou-se em método empírico de pesquisa em psicologia com os estudos do grupo da Universidade de Duquesne, em Pittsburgh, no estado da Pensilvânia - EUA. Nas últimas décadas do século XX, a fenomenologia passou a ser estudada na medicina e na enfermagem (Embree, 1997; Spiegelberg, 1982).

O primeiro nome ligado à introdução da fenomenologia no Brasil é Nilton Campos (1898-1963), que também foi o primeiro profissional a dedicar-se em tempo integral à psicologia (Cabral, 1964). Médico voltado à neurologia e à psiquiatria, formado em 1924, Campos começou a trabalhar em 1925 com Waclaw Radecki (1887-1953) no Laboratório de Psicologia da Colônia de Psicopatas do Engenho de Dentro. Em 1934, Nilton Campos tornou-se diretor do Instituto de Psicologia do Serviço de doenças mentais, que daria origem ao Instituto de Psicologia da Universidade do Brasil. A tese de doutoramento de Campos, preparada em 1945 e defendida em 1948, versava sobre O Método Fenomenológico na Psicologia. Uma análise do trabalho de Campos foi apresentada por Penna (1992), em sua História da Psicologia no Rio de Janeiro. Penna foi sensível o bastante para registrar o esforço de Campos ao procurar dar encaminhamento empírico ao método fenomenológico, estabelecendo comparações com a introspecção psicológica.

Campos pressentiu a potencialidade do método fenomenológico para a pesquisa psicológica, e a proximidade com certos aspectos da teoria da Gestalt. No entanto, percebeu corretamente que a pesquisa da Gestalt não utilizava o método fenomenológico e que, para colocá-lo a serviço da psicologia, teria que modificá-lo. Essa modificação, renunciada por Campos, acabou acontecendo com o grupo da Universidade de Duquesne, mais intensamente na década de 1970, como veremos adiante. Campos estava, na verdade, à frente do seu tempo.

Na psiquiatria, E. Portella Nunes defendeu em 1963, na Faculdade de Medicina da Universidade Federal do Rio de Janeiro, tese de livre-docência intitulada Fundamentos da Psicoterapia. Em sua tese, Portella Nunes citava Heidegger e Binswanger. No entanto, publicações usando o termo fenomenologia no título somente aparecerão na década de 1980. Pelo menos é o que consta na listagem de publicações, teses e dissertações, preparada por Forghieri (1993a) para uma edição dos Cadernos da Anpepp, intitulada Mapeamento da Pesquisa em Psicologia no Brasil. Antes de passarmos para o movimento das pesquisas fenomenológicas na década de 1980 no Brasil, é interessante voltar nossa atenção para as relações entre fenomenologia e existencialismo.

Fenomenologia Existencial

A combinação dos termos existência e fenomenologia está associada à filosofia de Heidegger, pois foi ele que utilizou a fenomenologia de Husserl como método para estudar as questões de existência apontadas por Kierkegaard, tais como ansiedade, angústia, medo, e morte. Existencialismo e fenomenologia, embora conceitos diferentes, são integrados quando o assunto é psicoterapia. Como tem sido dito, o existencialismo é uma filosofia preocupada com as questões da expressão autêntica da subjetividade. Em contraste, a fenomenologia é uma filosofia e um método preocupado com as condições técnicas para a reflexão rigorosa.

Nos EUA, o principal introdutor do pensamento fenomenológico existencial foi Rollo May (1909-1994), com o livro *Existence: A New Dimension in Psychiatry and Psychology* (May, Angel & Ellenberg, 1958). Trata-se de uma obra de 446 páginas, dividida em três partes, com textos originais dos organizadores e com textos traduzidos de psiquiatras europeus com orientação fenomenológico-existencial. Na primeira parte, May escreveu sobre as origens do movimento existencial e de suas contribuições para a psicoterapia; e Ellenberg trouxe uma introdução clínica para a psiquiatria fenomenológica. Na segunda parte foram incluídas traduções de textos de Eugène Minkowski (1885-1972) sobre esquizofrenia depressiva; de Erwin Straus (1891-1975) sobre alucinações; e de Viktor von Gebattel (1883-1975) sobre o mundo do compulsivo. Na terceira parte estavam as traduções dos textos de Binswanger sobre análise existencial. Em outra publicação, May (1960/1975) contou com a colaboração

de Abraham Maslow (1908-1970), Carl Rogers (1902-1987), e Gordon Allport (1897-1967) para apresentar a psicologia existencial.

No Brasil, tanto o existencialismo quanto a fenomenologia mereceram a atenção do psicólogo e historiador Antonio Gomes Penna, ao menos em três publicações. Em um artigo sobre psicologia existencial, Penna (1985) explicita a distinção entre psicologia fenomenológica e psicologia existencial, embora assegure a ambas a adjetivação "humanista". Segundo Penna, a psicologia fenomenológica analisa a intencionalidade através de descrições rigorosas e sucessivos processos de redução e variações imaginárias, enquanto que a existencial aproxima-se da existência concreta integrando sujeito e objeto no conceito de Dasein. Em outro artigo, Penna (1986) destaca os avanços de Merleau-Ponty no campo da fenomenologia da linguagem, em relação à formulação inicial de Husserl.

Mais recentemente, Penna (2001) lançou um livro de introdução à psicologia fenomenológica, parte de uma série de textos introdutórios voltados a cursos de graduação em psicologia.

A convergência entre existencialistas e fenomenólogos, no campo da psicoterapia, apareceu claramente no livro *Phenomenological, Existential, and Humanistic Psychologies* de Misiak e Sexton (1973). Trata-se do primeiro texto norte-americano a tratar o tema com critérios de análise teórica e de análise histórica, do ponto de vista da psicologia. Os autores trataram indistintamente existencialistas e fenomenólogos, quando o assunto foi psicoterapia. Em contraste, as influências da fenomenologia na psicologia e na psiquiatria foram examinadas por Spiegelberg (1972) com o objetivo de indicar de que modo psicoterapeutas se apropriaram ou desenvolveram técnicas fenomenológicas.

Com efeito, em psicoterapia a convergência entre pensadores fenomenológicos e existencialistas é acentuada. Valle e King (1978) na introdução do livro *Existential Alternatives to Psychotherapy* trataram conjuntamente de conceitos existenciais e fenomenológicos. Valle e Halling (1989) preferiram unir os dois conceitos no título do livro *Existential-Phenomenological Perspectives in Psychology*.

Recentemente, o *Journal of Phenomenological Psychology* dedicou um número à história da fenomenologia. O número trazia dois artigos, um intitulava-se *The Early History of Phenomenological Research in América* (Halling & Nill, 1995) e o outro, *A Brief History of Existential-Phenomenological Psychiatry and Psychotherapy* (Cloonan, 1995). Na comparação dos dois títulos se tem uma síntese clara das relações entre os dois movimentos e do modo como são tradicionalmente tratados em psicologia. Quando se referindo à pesquisa, fala-se em método fenomenológico. Quando se referindo à psicoterapia, fala-se em existencialismo ou em fenomenologia existencial. A fenomenologia serve de base reflexiva para a análise da existência (ver Holanda, 1997). Por fim, há ainda uma tendência à prática de um existencialismo descomprometido com qualquer esforço de sistemática reflexiva ou pesquisa psicológica, exemplificada por uma variedade de proposta de vivências, muito a gosto de certos setores da psicologia no Brasil.

Vários autores brasileiros, identificados com as teorias psicoterápicas a serem discutidas adiante, circulam entre temas existenciais e compreensão fenomenológica. AmatuZZi é neste sentido uma boa ilustração, como mostra a seqüência de títulos de seus textos: *A Abordagem Fenomenológica no Atendimento Psicoterápico* (AmatuZZi, 1999), *Psicoterapia como Hermenêutica Existencial* (AmatuZZi, 1991), e *Atitude de Boa Vontade e a Abordagem Centrada na Pessoa* (AmatuZZi, Cury, Graetz, Belatini, Andrade e Seber, 2002).

Textos sobre psicoterapias fenomenológico-existenciais têm sido publicados regularmente pelo *Jornal Brasileiro de Psiquiatria* e pela revista *Informação Psiquiátrica*, da UERJ, que circulou nas décadas de 1980 e 1990. Com esses esclarecimentos, podemos apreciar a difusão, no Brasil, da psicologia humanista que, enquanto movimento, colocou em pauta a discussão dos temas existenciais e do método fenomenológico.

Abordagem Centrada na Pessoa

A *Abordagem Centrada na Pessoa* (ACP), inicialmente conhecida como *Psicoterapia Centrada no Cliente* ou *Aconselhamento Não-Diretivo*, tem um papel de destaque na história da psicologia. Abriu o trabalho psicoterapêutico aos psicólogos, antes uma

atividade exclusivamente médica, e introduziu a pesquisa rigorosa e quantitativa ao estudo da efetividade psicoterapêutica (Rogers, 1961/1970).

Também incentivou o uso de métodos qualitativos em pesquisa psicológica (Rogers, 1970/1972). A ACP teve início com o trabalho de Carl Rogers nos EUA, na década de 1940. A teoria caracteriza-se pela crença nas potencialidades de desenvolvimento e crescimento psicológico em condições comunicativo-relacionais realistas, sensíveis, e compreensivas. Em suas origens, ela recebeu influências do funcionalismo americano, do gestaltismo, das teorias do self, da psicanálise, da terapia relacional de Otto Rank, dos psiquiatras culturalistas, e do existencialismo. De la Puente (1970) distinguiu três fases na trajetória do pensamento rogeriano: a fase técnica baseada em regras de atendimento não-diretivo, tais como respostas reiterativas e reflexos de sentimentos (Rogers, 1942/1973); a fase das atitudes terapêuticas baseadas na autenticidade, aceitação calorosa e compreensão empática (Rogers, 1951/1974); e a fase da investigação do processo terapêutico, ocorrendo neste período a aproximação do existencialismo (Rogers, 1961/1970). Certamente, uma quarta fase pode ser acrescida, referindo-se à transformação da teoria em abordagem, quando o pensamento rogeriano volta-se para um amplo espectro de questões, incluindo educação (Rogers, 1969/1971), grupos (Rogers, 1970/1972), casamento e alternativas (Rogers, 1972/1974), e temas mais gerais (Rogers & Rosenberg, 1977).

Uma primeira aproximação da teoria de Rogers com a fenomenologia poderia se dar através do termo campo fenomenal, que apareceu no capítulo escrito por Rogers (1959) para a série, *Psychology: A Study of a Science*, editada por Sigmund Koch (1917-1996), em 1959. No entanto, o conceito de campo fenomenal utilizado por Rogers devia-se à influência dos autores americanos Arthur Combs (1912-1999) e Donald Snygg (1904-1967). Para esses autores, o campo fenomenal era o ambiente percebido, incluindo neste ambiente o percebido, enquanto determinante de comportamento. Sendo assim, o campo fenomenal era a estrutura básica para a predição e controle do comportamento. Combs foi aluno de Rogers, introduzindo ao professor as idéias que havia desenvolvido juntamente com Snygg (Snygg & Combs, 1949). A aproximação de Rogers da fenomenologia e do existencialismo veio com a influência de Eugene Gendlin (Gomes, 1983).

O impacto das pesquisas de Rogers na psicologia norte-americana fez com que suas idéias se espalhassem pela Europa e pela América Latina. No Brasil, a influência rogeriana se fez sentir já na década de 1940, com o trabalho de Mariana Alvim (1909-2001). Em 1945 ela conheceu Carl Rogers pessoalmente, em visita a Chicago no intuito de instruir-se na técnica de entrevista não-diretiva. No ano seguinte, Alvim esteve no Rio de Janeiro, onde trabalhou com Emílio Mira y López (1896-1964) no Instituto de Seleção e Orientação Profissional da Fundação Getúlio Vargas (ISOP) desde a criação do Instituto, até mudar-se para Brasília em 1960. Dois anos depois, foi convidada pelo reitor Darcy Ribeiro (1922-1997) para coordenar os serviços de seleção de pessoal para a Universidade de Brasília. Alvim também lecionou em Salvador, sendo professora de Maria Constança Villas-Boas Bowen (1933-1993), que depois veio a ser colaboradora de Carl Rogers em La Jolla, Califórnia.

Em 1951, a Abordagem recebia no Rio de Janeiro a colaboração de Ruth Nobre Scheffer (n. 1923), que havia retornado do seu mestrado no Teachers College da Universidade de Colúmbia. Scheffer teve um papel importante na divulgação do aconselhamento não-diretivo através dos seus livros *Aconselhamento Psicológico* (1964) e *Teorias de Aconselhamento* (1976). Nesta década, os alunos do recém-criado Curso de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, em seus estágios, já praticavam o aconselhamento psicológico de orientação rogeriana, introduzido por Pe. Antonious Benko (Féres-Carneiro & Lo Bianco, 2003).

No Rio Grande do Sul, ainda na década de 1950, a teoria de Carl Rogers era estudada pelo Irmão Lassalista Henrique Justo . O interesse de Justo pelo aconselhamento psicológico se deu em razão da oposição dos psiquiatras gaúchos ao exercício da psicanálise por psicólogos. Na época, o atendimento psicoterapêutico por psicólogos era considerado como trabalho de segunda linha. O contato de Justo com a teoria de Rogers foi através de um livro escrito pelo padre franciscano Roberto Zavalloni (1956) e traduzido do italiano para o português pela Editora Vozes. Zavalloni havia sido aluno de Rogers em Chicago. Justo encantou-se com a possibilidade de trabalhar com uma psicoterapia desenvolvida por um psicólogo e foi buscar a formação na Association Médico-Psychologique de Paris, com André de Peretti, Daniel Hameline, Marie-Joelle Dardelin e outros, havendo os três primeiros psicoterapeutas estudado com Rogers, nos Estados Unidos. Justo tornou-se uma das mais importantes lideranças no

desenvolvimento da pesquisa e da prática da ACP no Brasil. Ele ainda coordena um curso de especialização em ACP no Centro Universitário La Salle em Canoas - RS.

Na década de 1960, com a criação dos cursos de graduação em psicologia, as teorias humanistas ganhavam espaço nos currículos e a ACP era estudada nos cursos do Rio de Janeiro, de São Paulo, de Pernambuco e do Rio Grande do Sul. Em Pernambuco, a teoria de Rogers foi lecionada com competência e elegância por Lúcio Flávio Campos (1923-1988) e Maria Auxiliadora Moura (1931-1986), na Universidade Católica. Campos iniciou sua carreira profissional como padre jesuíta, com formação em filosofia, com os jesuítas de São Leopoldo - RS, e em teologia na Fordham University em Nova York. No Recife, fundou em 1961, na Universidade Católica de Pernambuco, o primeiro curso de graduação em psicologia no nordeste Brasileiro, e um dos primeiros cursos do Brasil. Em seguida foi para St Louis - Missouri, EUA para estudar psicologia na Washington University, desenvolvendo estudos em psicopatologia, técnicas projetivas, e aconselhamento psicológico. Retornando ao Recife, assumiu a coordenação do curso de psicologia, entre 1965 e 1967.

Logo depois, ele renunciou a sua condição de padre jesuíta, vindo a casar com Diva Campos. O professor Campos introduziu a teoria de aconselhamento psicológico de Carl Rogers no curso de psicologia da Universidade Católica e o trabalho com grupos terapêuticos. Maria Auxiliadora Moura e Maria Ayres formaram-se na primeira turma, dedicando-se também ao ensino e a prática da ACP. Maria Auxiliadora foi coordenadora do curso de psicologia da Universidade Católica. Maria Ayres é hoje uma referência histórica no desenvolvimento da ACP no Brasil.

Em São Paulo, Oswaldo de Barros Santos (1918-1998) vinha desenvolvendo trabalho em orientação e seleção de pessoal interessando-se pelo aconselhamento não-diretivo. Como professor, lecionou em várias universidades paulistas, de algum modo difundindo as idéias de Rogers. Ele instituiu em 1969, juntamente com sua assistente Rachel Rosenberg, o Serviço de Aconselhamento Psicológico da USP (SAP-USP), uma das primeiras instituições a integrar oficialmente a Abordagem Centrada na Pessoa como opção de prática na formação de psicólogos e a oferecer aconselhamento psicológico no atendimento à população (Rosenberg, 1987a). Nascida na Bélgica, Rachel Lea Rosenberg (1931-1987) fez o mestrado e o doutorado na USP. Além de trabalhar como assistente de Oswaldo de Barros Santos no SAP-USP, o qual ela mesma viria a dirigir,

participou da criação do Centro de Desenvolvimento da Pessoa do Instituto Sedes Sapientiae.

No final da década de 1960 e início da década de 1970, as versões norte-americanas da psicanálise que circulavam no Brasil eram criticadas por apresentar uma compreensão determinista e mecanicista da natureza humana. As interpretações psicanalíticas eram acusadas de ser muito abrangentes e generalistas. Por outro lado, o behaviorismo ainda ensaiava sua proposta para tratamento psicológico, baseado em teorias de aprendizagem. Tal quadro favorecia o desenvolvimento do pensamento humanista, que recebia muita atenção por parte de profissionais e estudantes de psicologia. No entanto, a presença da ACP no Congresso Interamericano realizado no Anhembi, na cidade de São Paulo, foi pequena. As idéias de Rogers apareceram em trabalhos apresentados por religiosos, com exceção de um workshop sobre aconselhamento psicológico que, embora fosse parte do Congresso, ocorreu na USP, sob coordenação de Rachel Rosenberg. Em 1976, um outro grande evento ocorreu em São Paulo, desta vez sobre Psicologia Clínica, sendo inexpressiva a apresentação de trabalhos sobre a ACP. Aliás, neste Congresso, a grande novidade foi a Análise Transacional, trazidas na época por Odette Lourenção Van Kolck e seu marido Theodorus Van Kolck.

Em contraste, na mesma década de 1970 a ACP seria intensamente estudada na academia. Por esta época, Miguel de la Puente regressava ao Brasil de seu doutorado na Université de Strasbourg, na França, trazendo em sua bagagem a versão em livro de sua tese de doutorado, Carl Rogers: De la Psychothérapie a l'Enseignement. O texto de Puente (1970) era um exame profundo da teoria de Rogers, apontando pela primeira vez as distintas etapas do desenvolvimento da teoria (técnicas, atitudes, e experiencing). As mesmas etapas eram simultaneamente indicadas em um livro sobre as novas direções da Terapia Centrada no Cliente, publicado nos EUA (Hart & Tomlinson, 1970). No Brasil, De la Puente tornou-se professor da Universidade Estadual de Campinas, onde continuou suas pesquisas sobre a ACP no Programa de Pós-Graduação em Educação.

Não seria exagero afirmar que a ACP, na década de 1970, despertava nos seus estudiosos grande entusiasmo pela pesquisa empírica.

Com efeito, esse foi o grande momento da abordagem na academia brasileira. Havia uma expectativa de se estar diante de uma grande escola do pensamento psicológico.

Em 1972 foram defendidas duas importantes teses por duas mulheres que ocuparam posição de destaque na psicologia humanista. Elas foram Rachel L. Rosenberg com a tese *Um Estudo de Percepção de Condições Psicoterápicas em Grupos de Aconselhamento Psicológico*, e Yolanda Cintrão Forghieri com a tese *Técnicas Psicoterapêuticas e Aconselhamento Terapêutico Rogeriano*. Em seguida, vieram da PUCSP as teses *Análise Lógico-Formal da Teoria de Aprendizagem de Carl Rogers*, defendida por A. A. Mahoney em 1976, e *Fundamentos fenomenológico-existenciais da comunicação professor-aluno na teoria da educação de Carl Rogers*, defendida por Lucila Schwantes Arouca em 1977. Na PUCRJ, no mesmo ano, era defendida a tese *Raízes Filosóficas do Pensamento de Carl Rogers* por Rosa Maria Niederauer Tavares Cavalcanti. Do Rio Grande do Sul chegava o livro *Carl Rogers, teoria da personalidade, aprendizagem centrada no aluno* do Irmão Henrique Justo (1973). É provável que a publicação de Justo tenha sido o primeiro livro sobre Rogers escrito por um autor brasileiro. Na Pontifícia Universidade Católica de Campinas, o Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica criou uma área de concentração em Aconselhamento Psicológico sob a orientação de Miguel de la Puente. De la Puente lançou, nesta década mais dois importantes trabalhos, um sobre a psicologia social de Rogers (De la Puente, 1973) e outro sobre a educação centrada no estudante (De la Puente, 1978).

As traduções das obras de Rogers surgiam por esta época. Primeiro apareceu uma tradução de *Tornar-se Pessoa*, publicada em Portugal (Rogers, 1961/1970). Seguiram-se *Liberdade para Aprender* (Rogers, 1969/1971), *Tornar-se Pessoa*, versão brasileira (Rogers, 1961/1973), e *Grupos de Encontro* (Rogers, 1970/1974). As obras *Psicoterapia e Consulta Psicológica* de 1942 e *Terapia Centrada no Paciente* de 1951, chegaram ao Brasil primeiro em versão de Portugal, em 1973 e 1974, respectivamente. Um livro que foi muito utilizado na segunda metade da década de 1970 foi *Psicoterapia e Relações Humanas* de Rogers e Kinget, em dois volumes. O primeiro voltado aos aspectos teóricos, trazendo uma versão do texto *A Theory of Therapy, Personality and Interpersonal Relationships, as Developed in the Client-Centered Framework* aquele que havia sido preparado a pedido de Sigmund Koch em 1959. Neste texto foram definidas as premissas básicas da teoria (Rogers, 1959). O segundo volume trazia exemplos e estudos de casos clínicos. O livro foi publicado originalmente em francês em 1965, sendo traduzido para o português em 1975, neste interim foi muito usada a versão em espanhol. Desta forma, o texto mais importante, enquanto teorização sistemática, do

pensamento rogeriano chegou ao Brasil traduzido de uma versão francesa. Na verdade, o rogerianismo era muito estudado na França, na década de 1960.

Em meados de 1970, Eduardo Bandeira visitou Carl Rogers no Center for Studies of the Person, em La Jolla, Califórnia - EUA e de volta ao Brasil trouxe material informativo e ilustrativo da prática terapêutica da ACP. Com esse material, Bandeira percorreu o país, dando início à preparação da visita de Rogers, que ocorreu nos meses de janeiro e fevereiro de 1977, nas cidades do Recife, São Paulo e Rio de Janeiro. O ponto culminante da visita foi a realização de um evento vivencial na Aldeia de Arcozelo, na serra fluminense. Intitulado de Primeiro Encontro Centrado na Pessoa, o evento ocorreu entre os dias 4 e 18 de fevereiro. Estavam inscritos 200 participantes das mais diferentes profissões: advogados, engenheiros, enfermeiros, médicos, psicólogos, administradores, educadores, atores, diretores de cinema, jornalistas, e estudantes. O evento despertou grande atenção do público e da mídia. O Encontro viveu a não-diretividade em sua forma radical. Não havia nem programa nem pauta, e a comunidade foi planejando e realizando as atividades, debatendo exaustivamente cada questão. Rogers veio ao Brasil acompanhado de membros de sua equipe. Foram eles John Wood, Maureen Miller, e o casal Maria e Jack Bowen. Maria Bowen, uma baiana, ex-aluna de Mariana Alvim, trabalhava com Rogers em La Jolla; John Wood casou-se depois com uma brasileira e permaneceu no Brasil, residindo em uma fazenda no interior de São Paulo; Maureen Miller trazia para o encontro as novidades da Gestalt Therapy, e ainda retornaria diversas vezes ao Brasil. A forte ênfase vivencial do Encontro propagou-se nos Encontros seguintes. Rogers voltou ao Brasil em 1978 para um evento semelhante, retornando ainda em 1985 para um encontro com estudiosos da ACP.

A ênfase vivencial também dominou as atividades dos inúmeros centros de estudos que foram criados em várias cidades do Brasil. Após o primeiro Encontro de Arcozelo, Rachel Rosenberg tornou-se efetivamente a principal representante do rogerianismo no Brasil, sendo co-autora com Rogers no livro *A Pessoa como Centro* (Rogers & Rosenberg, 1977). Neste período, Rosenberg procurou manter a articulação entre ACP e pesquisa. Um exemplo marcante foi o evento intitulado "Vivência Acadêmica: O enfoque centrado na pessoa" realizado na USP, em maio de 1986. O evento contou com a participação, entre outros, de Oswaldo de Barros Santos (USP), Oswaldo Frota-Pessoa (USP), Mauro Amatuzzi (USP), Henriette T. Penha Morato (USP), Jaime Roy Doxsey

(Universidade Federal do Espírito Santo), John Wood (Psicólogo americano residente em São Paulo), Virgínia Moreira Leitão (Universidade Estadual do Ceará), Vera Engler Cury (Pontifícia Universidade Católica de Campinas - Puccamp), e William Barbosa Gomes (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS). Os trabalhos apresentados foram publicados em uma edição chamada Cadernos USP 2 (Rosenberg, 1987b). O evento organizado por Rosenberg foi sobre a vivência, mas não uma vivência no sentido terapêutico e sim uma vivência acadêmica com trabalhos previamente preparados e formalmente apresentados. De resto, Rosenberg escolheu comentaristas para cada exposição apresentada, tendo em vista a mobilização do debate crítico. Uma boa síntese do pensamento da ACP na década de 1980 encontra-se no livro, Aconselhamento Psicológico, organizado por Rosenberg (1987a) tratando dos seguintes assuntos: nota histórica sobre o Serviço de Aconselhamento Psicológico do Instituto de Psicologia da USP (R. Rosenberg), diferenças entre aconselhamento, orientação e psicoterapia (M. L. Schmidt), aspectos teóricos da ACP (H. Morato), relação terapêutica (M. P. Jordão), formação do conselheiro (I. de Camargo), pesquisa (R. Rosenberg) e, uma novidade, plantão psicológico (M. Mahfoud). Os colaboradores de Rosenberg estavam, de alguma forma, vinculados ao Serviço de Aconselhamento da USP. Também na década de 1980, a comunidade rogeriana latino-americana articulou-se para a organização de eventos profissionais, a partir do I Fórum Internacional, ocorrido em Oaxtepec, México, em 1983.

Na perspectiva da nova geração (Tassinari & Portela, 1995), houve um declínio nas atividades da ACP após as mortes de Rogers e de Rosenberg em 1987, reativando-se na década de 1990. Com efeito, os autores fizeram um levantamento das publicações na ACP no Brasil e destacaram a liderança de Virgínia Moreira (ver Moreira, 1993), atualmente professora da Universidade de Fortaleza, e de Mauro Martins AmatuZZi, professor do Programa de Pós-Graduação da Puccamp. Outra informação interessante de Tassinari e Portela (1995) é a comparação do número de dissertações (mestrado) e teses (doutorado) entre 1970 a 1994. Na década de 1970 foram seis dissertações e três teses; na década de 1980 foram sete dissertações e seis teses; e nos quatro primeiros anos da década de 1990 foram concluídas duas dissertações e quatro teses. Neste período foram organizados centros de estudos e de formação em várias cidades brasileiras, e os encontros profissionais ocorreram com certa regularidade.

A ACP influenciou muito o trabalho pedagógico, exercendo forte crítica às avaliações externas dos alunos através de provas. Nessa proposta, o professor seria um facilitador pedagógico diante das demandas dos estudantes. A técnica de aprendizagem de inspiração rogeriana foi revista em um número especial do periódico *Education*, organizado por Cassel, ainda nos idos de 1974. As implicações do método foram analisadas em seus aspectos positivos, quais fossem promover maior compromisso do estudante e levá-lo a decidir sobre suas prioridades e interesses; e nos aspectos negativos, como o perigo de dispersão e da falta geral de controle ou de autocontrole, o risco da demanda ser maior do que as possibilidades do facilitador, e a dificuldade da conciliação de diferentes interesses e tempos individuais de aprendizagem. Pesquisas sobre a aprendizagem centrada no estudante têm sido realizadas por Justo (1988). Quanto aos grupos, um autor que representa essa prática na ACP é Afonso H. Lisboa da Fonseca, tendo publicado o livro *Grupo, Fugacidade, Ritmo e Forma*. O autor vem desenvolvendo intensa atividade na realização de vivências e encontro de grupos, no nordeste brasileiro.

Na década de 1990, o pensamento rogeriano foi representado por duas publicações importantes. A primeira, foi uma obra coletiva de John K. Wood, M. L. Assumpção, M. A. Tassinari, M. Japur, M. Serra, e R. W. Rosenthal (1994) tratando de aspectos gerais e contemporâneos da ACP. A segunda, foi também uma obra coletiva dedicada ao plantão psicológico (Mahfoud, 1999). Na primeira publicação, a ACP é definida como um jeito de ser, isto é, uma relação positiva e confiante diante da vida, uma preocupação construtiva e autocrítica com a eficácia e realização dos objetivos individuais, grupais e comunitários (solidariedade), e uma expressividade individual caracterizada pela autonomia, flexibilidade, tolerância e crítica. Mahfoud e colaboradores retornam ao tema do "Plantão Psicológico" que apareceu pela primeira em 1987, na última obra organizada por Rachel Rosenberg. O plantão psicológico é uma forma inovadora de aconselhamento psicológico em instituições, oferecido em período de tempo previamente determinado e ininterrupto. A grande originalidade do plantão é colocar o atendimento disponível para pessoas que estão atravessando momentos difíceis ou que simplesmente querem conversar com um terapeuta. O acesso ao terapeuta é simples e fácil, ao alcance de qualquer membro da instituição onde está sendo oferecido. No início do século XXI, Henrique Justo (2002) apareceu com mais uma obra, intitulada

Abordagem Centrada na Pessoa: Consensos e Dissensos. É uma análise aberta, séria e crítica da teoria e prática da ACP nos últimos 50 anos.

Fenomenologia e Psicologia

As relações entre fenomenologia e psicologia ganharam impulso nos EUA na década de 1970, sob a liderança de Amedeo Giorgi, na Duquesne University. O livro que marcou a aplicação da fenomenologia enquanto método para a pesquisa empírica psicológica foi *Psicologia como Ciência Humana: Uma Abordagem Fenomenológica*, publicado por Giorgi em 1970. Neste livro, Giorgi criticou radicalmente o uso do modelo de ciência natural em psicologia, e mostrou a viabilidade de uma pesquisa empírica psicológica numa perspectiva de ciências humanas

O trabalho de Giorgi foi, contudo, precedido pela pesquisa de dois outros psicólogos, ambos relacionados a Carl Rogers. Um deles foi Adrian L. van Kaan (1959) que defendeu a tese *A Experiência de Ser Realmente Compreendido*. Ele foi o fundador de um programa de psicologia dedicado à fenomenologia em Duquesne, que veio a se tornar o centro de referência para a formação em pesquisa fenomenológica. O outro foi Eugene Gendlin (1962), que com a tese *Experiencing and the Creation of Meaning* modificaria os rumos da Psicoterapia Centrada na Pessoa, tornando-a uma abordagem existencial. O trabalho de Gendlin ganhou força própria e ficou conhecido como *Psicoterapia Experiencial*. Segundo Spiegelberg (1972), Gendlin formulou o modelo de psicoterapia que mais se aproximou da fenomenologia.

Na década de 1970, Giorgi e seus colegas da Duquesne University editaram a célebre coleção *Duquesne Studies in Phenomenological Psychology*, em três volumes (Giorgi et al, 1971, 1975, 1979), com diferentes exemplos de pesquisas fenomenológicas em variados temas. O método fenomenológico serviu, inclusive, para realização de experimentos em memória (Colaizzi, 1971). As novidades das aplicações do método fenomenológico de Duquesne chegaram ao Brasil no final da década de 1970. Primeiro, na tradução do livro de Giorgi (1970) por sua ex-orientanda Riva S. Schwartzman em 1978. Schwartzman estudou com Giorgi em Duquesne e atualmente dedica-se ao trabalho clínico em Belo Horizonte, em uma abordagem fenomenológico-existencial (Schwartzman, 1986). Outra obra representativa foi a tradução do livro de Ernest Keen (1975/1979) *Introdução à Psicologia Fenomenológica*, pela psicóloga carioca, Heliana

Barros de Conde Rodrigues, professora da Universidade Estadual do Rio de Janeiro. É impossível concluir a leitura do livro de Keen sem tentar exercitar a maneira fenomenológica de refletir. O texto, muito criativo e de leitura agradável, continua sendo uma boa introdução à prática da fenomenologia como método para pensar.

A década de 1980 iniciou com o primoroso *O Ser da Compreensão: Fenomenologia da Situação de Psicodiagnóstico*, de Monique Augras (1981). Augras é uma psicóloga francesa graduada pela Université Paris IV, em 1958. Transferindo-se para o Brasil, passou a lecionar no Instituto de Seleção e Orientação Profissional (ISOP) da Fundação Getúlio Vargas em 1961. Em 1970, foi convidada a integrar o corpo docente do Instituto de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUCRJ). Em ambas as instituições, Augras envolveu-se em atividades de pesquisa e orientação de trabalhos de conclusão de curso. Em *O Ser da Compreensão* Augras está preocupada com o que denominou de crise da psicologia clínica e do ensino de psicodiagnóstico. O primeiro capítulo tem o sugestivo título de *Por que não a fenomenologia?* (p. 7). Os demais capítulos introduzem temas clássicos da fenomenologia: a situação, o tempo, o espaço, o outro, a fala, e a obra, neste último referindo-se à "obra implícita, de um fazer contínuo que nada mais é do que o próprio processo de vida" (p. 88). O livro de Augras teve ampla circulação e aceitação nos cursos de graduação em psicologia. Note-se que Augras chega à psicologia fenomenológica por influência européia, baseando-se, entre outros, em Jaspers, Heidegger, Binswanger, e Minkowski.

O segundo livro que especificou o campo para o estudo da fenomenologia nos cursos de psicologia foi *Fenomenologia e Psicologia*, organizado por Forghieri (1984). Neste livro, filósofos e psicólogos falam sobre um novo paradigma para a pesquisa e a clínica psicológica. Também por esta época começa a aparecer os vários livros que contam com a participação do professor Joel Martins, um dos nomes mais representativos das relações entre psicologia e fenomenologia no Brasil. Em 1983, Martins e Bicudo lançaram os *Estudos sobre Existencialismo, Fenomenologia e Educação*, destacando-se a conjunção dos temas existencialismo, fenomenologia e abordagem centrada na pessoa, sendo este último o enfoque do capítulo dedicado à educação.

A partir daí, a pesquisa fenomenológica passa a aparecer em dissertações, teses, artigos e livros. Entre os trabalhos destacam-se: *Cegueira: Do fato para o fenômeno* (Meira, 1983); *Descrição fenomenológica da experiência da crise existencial ou angústia* (Tápia,

1984); *Obesidade: Um enfoque fenomenológico-existencial* (M. Gomes, 1986); *Atendimento a pais no processo de psicodiagnóstico infantil: Uma abordagem fenomenológica* (Ancona-Lopez 1987); e *Percepção de sentimentos de alunos durante a frequência à disciplina enfermagem psiquiátrica* (Teixeira, 1989). No final da década de 1980, Dichtchekian organizou a obra de cunho fenomenológico-existencial intitulada *Vida e Morte: Ensaio Fenomenológicos*, reunindo trabalhos do Centro de Estudos Fenomenológicos de São Paulo, uma organização ligada a Joel Martins. Na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) destacaram os trabalhos de AmatuZZi (1989) sobre o *Resgate da Fala Autêntica* e de França (1989), *Psicologia Fenomenológica: Uma das Maneiras de Fazer*.

No Rio Grande do Sul, a pesquisa fenomenológica aplicada à educação e à psicologia teve início com o retorno dos EUA de Vânia Maria Moreira Rasche e William Barbosa Gomes, nos primeiros anos da década de 1980, ambos professores da UFRGS. Por influência de Rasche, Amedeo Giorgi lecionou na UFRGS, por curtos períodos, em 1985 e 1986, retornando ainda em 1988, quando também lecionou na PUCSP, como professor visitante (Bicudo, 1990; Gomes, 1998). A influência do método fenomenológico ocorreu, inicialmente, nos cursos de mestrado e doutorado da Faculdade de Educação da UFRGS, sob a orientação de Rasche. Com a criação do Programa do curso de mestrado em Psicologia, também na UFRGS, Gomes pôde dar continuidade a suas pesquisas utilizando o método fenomenológico. Foram pesquisas que tiveram início ainda nos EUA sob a orientação de Richard Lanigan (1972) na Southern Illinois University - Carbondale. Com a transferência de Rasche para a Universidade de Michigan, o trabalho com o método fenomenológico concentrou-se, grandemente, no Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Na década de 1980, Gomes publicou regularmente sobre fenomenologia, divulgando o método (Gomes, 1984, 1985, 1987) e realizando pesquisa empírica, entre as quais destacaram-se os estudos sobre efetividade em Psicoterapia (Gauer, Souza, Dal Molin & Gomes, 1997; Gomes, 1992; Gomes, Reck & Ganzo, 1988).

No início da década de 1990, Forghieri (1993a,) realizou um levantamento da produção científica brasileira em livros, teses, dissertações, artigos relacionados direta ou indiretamente à fenomenologia. O levantamento foi solicitado pela Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Psicologia (Anpepp). Os estudos encontrados

apresentaram dois aspectos em comum: a descrição da vivência do próprio pesquisador, e a descrição dos procedimentos fenomenológicos de pesquisa. As principais áreas de abrangência foram a psicologia da educação e a psicologia clínica, com pouca presença de temáticas do desenvolvimento humano. Os problemas investigados comumente diziam respeito a situações existenciais, como o envelhecimento, a toxicomania, a maternidade e diferentes doenças físicas e psíquicas. De acordo com Forghieri, diversos desses trabalhos lidavam com os sentidos de sofrimento e bem-estar, o que confirmava a tendência da conjunção entre método fenomenológico e temas existenciais. Outra contribuição de Forghieri (1993b), no mesmo período, foi *Psicologia Fenomenológica*, um texto básico e didático, muito usado em cursos de graduação. As relações entre psicologia e fenomenologia foram exploradas com clareza, nos aspectos conceituais e aplicados. Os autores citados por Forghieri como fundamentais ao seu enfoque fenomenológico da personalidade foram Husserl, Merleau-Ponty, Heidegger e Buber, com referências complementares a Binswanger, Sartre, Frankl e Medard Boss (1903-1990).

No final dos anos 1980 e início dos anos 1990, o interesse pelo método fenomenológico cresceu juntamente com popularização dos métodos qualitativos de pesquisa. Na verdade, o método fenomenológico passou a ser estudado em conjunto com outros métodos qualitativos. Um exemplo, foi a criação, na cidade de São Paulo, em 1989, da Sociedade de Estudos e Pesquisa Qualitativos sob a coordenação de Joel Martins, Vitória Helena Cunha Espósito e Virginia Aparecida Viggiani Bicudo, um grupo com tradição de pesquisa em fenomenologia.

Do mesmo modo, a expansão da pós-graduação *stricto sensu* em psicologia estimulou a organização de grupos de pesquisa que mantêm uma produção regular em fenomenologia. Como exemplo podem ser citadas as publicações sob a orientação de Mauro Martins AmatuZZi na Pontifícia Universidade Católica de Campinas (AmatuZZi, 1996; AmatuZZi, Solymos, Andó, BruscaGin, Costabile, 1991); de Marília Ancona-Lopez na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (Ancona-Lopez, 1997); de Maria Alves de Toledo Bruns na Universidade de São Paulo - Ribeirão Preto (Bruns, 2001) e de William Barbosa Gomes na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Gomes, 1998). Recentemente, Bruns e Holanda (2001) reuniram textos metodológicos e relatos de pesquisa empírica, abrindo novas possibilidades para o trabalho com

fenomenologia. A coletânea incluiu estudos sobre Brentano (1838-1917), Husserl, e Heidegger, e relatos de métodos recentes de inspiração fenomenológica, como a versão do sentido proposta por AmatuZZi ou a combinação com a semiótica proposta por Lanigan. Por último, cabe lembrar que o trabalho metodológico e empírico com critérios fenomenológicos é discreto e disperso entre universidades ou entre departamentos de diferentes disciplinas.

Gestalt-Terapia

Gestalt-Terapia foi definida por James S. Simkin para o clássico livro de Corsini (1979), *Current Psychotherapies*, como uma intervenção psicológica não interpretativa, a-histórica, e existencial. O trabalho do terapeuta concentra-se em orientar a atenção daquele que está em atendimento para o "aqui e agora", na relação interpessoal frente-a-frente sem recorrer a análises transferenciais ou contra-transferenciais. O foco do tratamento concentra-se na atualidade do processo terapêutico e na decisão existencial da escolha, enquanto compromisso e responsabilidade pessoal.

A Gestalt-Terapia foi fundada pelo neuropsiquiatra Friedrich (Fritz) Salomon Perls (1893-1970) e exposta, pela primeira vez, no livro *Gestalt Therapy* publicado em 1951 em colaboração com Ralph Hefferline e Paul Goodman, traduzido para o português em 1997 (Perls, Hefferline & Goodman, 1997). O livro traz o aporte teórico da abordagem, acrescido de exercícios práticos descritos e comentados. Após o falecimento de Perls, sua esposa e colaboradora Laura Posner Perls (1905-1990) foi reconhecida como co-fundadora, assumindo a liderança do movimento. O uso do termo Gestalt é resultado da admiração de Perls pelos fundadores da Psicologia Gestalt que ele conheceu, ainda na juventude, na Universidade de Frankfurt - Alemanha. Na formulação de suas idéias sobre a terapia, Perls foi influenciado por sua esposa Laura Perls, pela teoria organísmica de Kurt Goldstein (1878-1965), pelos estudos sobre holismo e evolução do proeminente político sul-africano Jan Christiaan Smuts (1870-1950), pelas idéias em energia vital de Wilhelm Reich (1897-1957), pelas preocupações com a constituição do sentido do crítico literário britânico I(vor) A(mostrong) Richards (1893-1979), e pela teoria semântica do polonês Alfred Korzybski (1879-1950). As proposições de Perls foram bem recebidas pelo movimento humanista dos anos 1960, encontrando boa acolhida junto aos movimentos de contracultura e aos movimentos libertários que viam

o crescimento individual vinculado à perspectiva de independência pessoal e construção de um mundo melhor (Kogan, 1976).

A Gestalt-Terapia (Frazão, 1995) é conhecida no Brasil desde a década de 1960, por influência da teoria de Rogers, do Psicodrama, e da pedagogia de Summerhill (Inglaterra). Há registros de terapeutas que já estavam trabalhando no referencial da Gestalt-Terapia em Curitiba e no Rio de Janeiro na década de 1960. A difusão do pensamento da Gestalt no Brasil intensificou-se no início dos anos 1970, através de grupos de estudo, com destaque para o grupo de Thérèse Tellegen, Jean Clark Juliano, Walter da Rosa Ribeiro e Tessy Hantzschel. Costuma-se destacar (Frazão, 1995; Prestelo, 2001) que um dos pontos de atração ao gestaltismo nos idos de 1970 foi a compatibilidade ideológica com a resistência ao regime militar. Além disso, a abordagem reservava espaço para a criatividade e para a afirmação de estilos pessoais, ensejando a expressão verbal e não-verbal. Do ponto de vista terapêutico, a Gestalt-Terapia apresentava-se como um método eficaz, com resultados terapêuticos em curto prazo. Aliados ao intenso trabalho com grupos, esses fatores colaboraram para que essa abordagem fosse vista como uma alternativa de intervenção de alta viabilidade, quando comparada com o modelo tradicional da psicoterapia individual de longo prazo.

O primeiro trabalho em Gestalt-Terapia escrito no Brasil foi o artigo Elementos de Psicoterapia Gestáltica (*ipsis verbis*) de Tèrese Tellegen, publicado em 1972, no Boletim de Psicologia de São Paulo. Téllègen, holandesa de nascimento, conheceu a Gestalt-Terapia em Londres, fazendo formação no Gestalt Training Center em San Diego, CA - EUA, com Erving e Miriam Polters. Ela foi autora também da primeira dissertação de mestrado, defendida na USP em 1982, e intitulada Reflexões sobre o Trabalho com Grupos na Abordagem Gestáltica em Psicoterapia e Educação; e foi autora do primeiro livro escrito e editado no Brasil, Gestalt e Grupos: Uma Perspectiva Sistêmica, publicado em 1984 (Holanda & Karwowski, 2003). Naquele livro, Tellegen (1984) retrata o seu próprio percurso com a psicologia da Gestalt e o trabalho com grupos, trata do desenvolvimento histórico da Gestalt-Terapia e de suas influências, e apresenta reflexões conceituais sobre a visão de grupos como sistemas e o trabalho do terapeuta nos grupos. O livro conclui com o relato de uma experiência de grupo.

O primeiro programa de formação em Gestalt-Terapia foi oferecido em Brasília em 1977, por Walter Ribeiro. Neste mesmo ano começaram a aparecer as primeiras

traduções dos livros de Perls, *Isto é Gestalt e Gestalt-Terapia Explicada*. Dois anos depois foi traduzido *Escarafunchando Fritz*. Com o crescimento do número de interessados, começaram a ser organizados, na década de 1980, os encontros de Gestalt terapeutas, sendo o primeiro no Rio de Janeiro, em 1986. Em 1985 foi publicado o livro *Gestalt-Terapia: Refazendo um Caminho*, por Jorge Ponciano Ribeiro, da Universidade de Brasília. A obra de Ribeiro constitui-se em referência obrigatória para os terapeutas da abordagem gestáltica no Brasil. Em 1988 apareceu a tradução de outro livro de Perls *A Abordagem Gestáltica Testemunha Ocular da Terapia*. Na década de 1990 os eventos passaram a ser denominados de Encontro Nacional de Gestalt-terapia, e culminaram, recentemente, com a criação da Associação Brasileira de Gestalt-Terapia e Abordagem Gestalt (Holanda & Karwowski, 2003).

Alguns autores (Frazão, 1995; Holanda & Karwowski, 2003) reconheceram que, no Brasil, a proposta da Gestalt-Terapia encontrou dificuldades para superar o preconceito segundo o qual se trata de uma atuação a-teórica, baseada na aplicação indiscriminada de técnicas. Aparentemente, esse estigma prevaleceu durante vários anos em função de um dos primeiros livros dedicados à Gestalt-Terapia lançados no Brasil, "Tornar-se presente", de John Stevens (1971/1976). Essa obra, embora criticada pelos adeptos da abordagem por consistir numa mera coleção de técnicas para serem aplicadas, havia se popularizado como referência em Gestalt-Terapia no contexto psicológico do país. De fato, o livro de Stevens descreve algumas séries de exercícios de conscientização para serem executados individualmente ou em grupos, pares e casais. As considerações teóricas resumem-se a duas páginas nas quais o autor descreve três tipos de consciência que perfazem a experiência: consciência do mundo exterior, do mundo interior e da atividade de fantasia. O foco no momento presente, como foco de toda a existência, o faz afirmar que passado e futuro resumem-se à fantasia. Ciornai (1998), em um artigo sobre a prática e a formação da Gestalt-Terapia no Brasil, enfatizou o interesse pelo estudo dos fundamentos epistemológicos da abordagem. Tais fundamentos encontram-se, segundo a autora, na fenomenologia de Husserl e Heidegger, no existencialismo, e na filosofia oriental. Outro aspecto diferencial da abordagem no Brasil é a abertura do espectro aplicativo para integrar grupos, famílias, e comunidades. Um exemplo da força do interesse no trabalho de grupo por terapeutas gestálticos é o livro *Gestalt Terapia: O Processo Grupal*, publicado em 1975, por Jorge Ponciano Ribeiro.

Holanda e Karwowski (2003) analisaram a produção acadêmica nacional relacionada à abordagem gestáltica, na forma de teses e dissertações defendidas em diversas áreas do conhecimento, conforme catalogação da Universidade de São Paulo (USP). Os autores encontraram 35 trabalhos, defendidos entre 1982 e 2002. Os trabalhos concentraram-se na USP, na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e na Universidade de Brasília (UnB), e eram dedicados às áreas da psicologia clínica e da educação. Os autores identificaram no crescimento da produção acadêmica dedicada às abordagens gestálticas uma preocupação, por parte dos seus praticantes e estudiosos, em obter titulação e desenvolver uma reflexão sobre a prática gestáltica e seus fundamentos teóricos e epistemológicos. A produção de conhecimento sobre as abordagens gestálticas no contexto acadêmico também foi vista como uma superação de certas imagens errôneas que o público desenvolveu acerca dessa tendência. A primeira tese de doutorado em Gestalt-Terapia foi defendida em 1992 na USP por Ana Maria Loffredo, intitulada *De Cotovelos Apoiados no Para-Peito da Palavra: Do Cenário Clínico, Qual é o Horizonte?*

Logoterapia

A Logoterapia é uma escola de tratamento psicológico fundada pelo psiquiatra Viktor Emil Frankl (1905-1997), um professor de medicina da Universidade de Viena. A abordagem se caracteriza pela exploração da experiência imediata, baseada na motivação humana para a liberdade e para o encontro do sentido de vida. Frankl desenvolveu suas idéias como uma forma de suplementar as teorias de Freud e de Adler, tendo como resultado a criação de uma terceira escola terapêutica em Viena. Suas idéias decorrem de sua experiência como prisioneiro em campo de concentração da Alemanha nazista, transformadas em livro em 1946, com o título *Psicoterapia e sentido de vida*. A tradução para o português apareceu em 1973. A fenomenologia ocupará um lugar importante no pensamento de Frankl por influência da leitura dos textos de Max Scheler.

A prática em Logoterapia teve início no Brasil no começo dos anos de 1980. Antes, ela era apenas uma referência entre outras em aulas de cursos de psicologia ou mesmo em aulas de cultura religiosa. Em 1984, Frankl veio ao Brasil para presidir o I Encontro Latino-Americano Humanístico Existencial, realizado na PUCRS, em Porto Alegre, a convite de Izar Aparecida de Moraes Xausa, na época professora do Instituto de

Psicologia na PUCRS. O evento contou com grande participação de psicólogos e psiquiatras interessados nas relações entre psicologia e espiritualidade. No evento, foi organizada a Sociedade Brasileira de Logoterapia (SOBRAL) tendo como primeiro presidente Jorge Castellá Sarriera, psicólogo e professor da PUCRS. Neste mesmo ano, Xausa concluiu sua dissertação de Mestrado na PUCRS, intitulada Logoterapia: uma terapia humanística e espiritual. Xausa publicou, em 1986, o primeiro livro sobre Logoterapia no Brasil, que recebeu o título de A Psicologia do Sentido de vida. O primeiro curso de especialização em Logoterapia foi oferecido pelo Instituto de Psicologia da PUCRS, com coordenação de Xausa. Participaram como professores do curso, entre outros, os logoterapeutas: Ricardo Joaquim Sardi - professor da Universidade de Cuyo em Medonza; Martha Iglesias - Buenos Aires, Argentina; P. Herrera - do México; e Elisabeth Lukas - professora da Universidade Ludwig Maximilian de Munique, Alemanha. Lukas é considerada como sucessora de Frankl e é conhecida no Brasil pelo seu livro Logoterapia: A força desafiadora do espírito (Lukas, 1989). Atualmente, existem cursos sobre Logoterapia oferecidos pela SOBRAL. Há também uma literatura brasileira sobre assunto, com destaque para o trabalho de José Carlos Vitor Gomes (1988), professor na Puccamp, intitulada A Prática da Psicoterapia Existencial: Logoterapia. O livro traz a listagem da obra de Frankl e das traduções para o português. A difusão da Logoterapia no Brasil foi pequena. São poucos os cursos de graduação que oferecem atividades nesta linha terapêutica. Também é pequena a presença de textos sobre o assunto em periódicos nacionais.

Conclusões

As teorias apresentadas neste capítulo seguiram percursos diferenciados tanto nas relações entre elas quanto na aproximação de pensadores da fenomenologia e do existencialismo. Na verdade, existem diferenças internas entre os representantes de cada tendência, o que é natural e esperado. Mesmo assim, é importante insistir nos pontos de convergência como recurso para o trabalho com aspectos básicos e necessários à compreensão da variedade teórica em psicologia.

A ACP apresentou aos cursos de psicologia, ainda na década de 1950 como a grande inovação em aconselhamento psicológico. Ela substituiu o antigo conselho de orientação explícita para o conselho indireto, na verdade uma orientação explícita para a autoexploração de si mesmo por parte de quem procurava ajuda. A ACP parece ter

exercido um papel importante na difusão da Gestalt-Terapia, desde que há uma grande proximidade entre muitos profissionais das duas tendências. Neste sentido, a vinda de Maureen Miller como membro da equipe de Rogers, em 1977, e os subseqüentes retornos para atividades em Gestalt-Terapia, podem ter facilitado a aproximação. Os profissionais mais identificados com a fenomenologia costumam seguir uma orientação psicoterápica baseada em autores como Heidegger, Binswanger, Medard-Boss, Minkowski e mesmo Sartre. Há também profissionais mais identificados com o trabalho de Merleau-Ponty, principalmente aqueles mais diretamente envolvidos com pesquisa empírica.

Há um reconhecimento na literatura da ACP e da Gestalt-Terapia, indicada acima, que o movimento humanista praticamente uniu-se ao movimento da contra-cultura, entre 1965 a 1980. Por conseguinte, o pensamento humanista passou a ser contra o método, contra o intelectual, e contra o racional. Foi o período no qual as chamadas vivências eram propostas como um convite para novas experiências conscientes, mas que raramente chegavam à etapa reflexiva da consciência da experiência. Em substituição à pesquisa, tinha-se a ironia, ou a lamentação anacrônica em relação à contemporaneidade. Essa prática ainda perdura em alguns setores a ponto de confundir o discurso humanista com o discurso tele-evangelista. No entanto, notou-se nos últimos anos, em grupos restritos, uma maior preocupação com a formação intelectual, a produção acadêmica, e descrições mais acuradas e técnicas da prática profissional. É bom lembrar que a antitécnica é também um manejo e o estabelecimento de uma estrutura com poder para determinar. Mesmo assim, há ainda um grande espaço a ser recuperado em termos de credibilidade, seriedade e ética.

Boa parte dos seguidores da psicologia humanista derivou para tendências tidas como alternativas. Um exemplo destes movimentos alternativos é a psicologia transpessoal que se interessa por práticas meditativas, êxtases, intensificação de experiências sensoriais, e afins (Valle & Halling, 1989). O objetivo é abrir e ampliar a relação do individual com algo maior, com forças que ultrapassem a experiência consciente. Do mesmo modo, foi a psicologia humanista que se mostrou mais receptiva a conceitos oriundos da psicologia oriental, como por exemplo, Zen, Ioga e Sufismo (Fadiman & Frager, 1979). Entre estudantes de psicologia verifica-se grande interesse por práticas alternativas e muitos deles matriculam-se em disciplinas de fenomenologia, com o

intuito de se instruírem para tal fim. Obviamente, eles se decepcionam ao longo do caminho, pois a fenomenologia é o estudo sistemático da intuição em busca do diálogo com o preconceito, o lógico, o inusitado, e o novo. Ressalte-se tendência recente de confundir fenomenologia com fenomenalismo em propostas que retornam ao corolário dos sentimentos não como caminho para uma descoberta e exame de si, mas como um núcleo para decisões irrefletidas.

Por fim, é importante reconhecer que muitos dos ensinamentos das primeiras teorias identificadas como humanistas foram incorporados à prática psicológica geral. São exemplos os conceitos de empatia e de relacionamento interpessoal, de grande importância ao trabalho do psicólogo em qualquer contexto. Por outro lado, uma das mais importantes contribuições do humanismo foi o conceito de abertura para a experiência. Tal conceito constitui-se em visão abrangente e integrada, capaz de diálogo entre diferentes teorias, sem contudo perder a noção de justiça ao objeto em estudo (ética), nem a noção de rigor na abordagem do objeto (método). Neste sentido, a perspectiva humanista transforma-se em uma abordagem compreensiva orientada para o estudo de aspectos expressivos e interpretativos da condição humana, enquanto existência corporificada e contextualizada (sócio-histórica e ecológica). Seria muito positivo que os conceitos básicos da fenomenologia existencial, principalmente no que se refere a hermenêutica, fossem cuidadosamente estudados nos cursos de graduação. Por fim, cabe lembrar, que o estudo da consciência assumiu posição central na psicologia contemporânea, reunindo esforços de filósofos, psicólogos e neurocientistas. Por outro lado, o cognitivismo é uma tendência central na psicologia, sendo adotado por boa parte de segmentos behavioristas.

Referências

Amatuzzi, M. M. (1989) O resgate da fala autêntica: Filosofia da psicoterapia e da educação. Campinas: Papirus.

Amatuzzi, M. M. (1991). Psicoterapia como hermenêutica existencial. Arquivos Brasileiros de Psicologia, 43(1/2), 120-129.

Amatuzzi, M. M. (1996). Apontamentos acerca da pesquisa fenomenológica. Estudos de Psicologia, 13(1), 63-70

Amatuzzi, M. M. (1999). A abordagem psicoterapêutica no atendimento psicoterápico. *Psicologia em Estudo*, 4(1), 67-81

Amatuzzi, M. M., Cury, V. E., Graetz, C. F., Belatini, J. M., Andrade, M. L., & Seber, M.M. (2002). A atitude de boa vontade e a abordagem centrada na pessoa. *Estudos de Psicologia*: 19(2), 5-16

Amatuzzi, M. M., Solymos, G., Ando, C., Bruscin, C., & Costabile, C. (1991). O sentido que faz sentido: uma pesquisa fenomenológica no processo terapêutico. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*: 7(1), 1-12.

Ancona-Lopez, M. (1987). Atendimento a pais no processo de psicodiagnóstico infantil: Uma abordagem fenomenológica. Tese de Doutorado não publicada, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Ancona-Lopez, M. (1997). Fenomenologia e pesquisa em ciências humanas. *Interações: Estudos e Pesquisas em Psicologia*: 4(2), 35-42.

Arouca, L. S. (1977). Fundamentos fenomenológico-existenciais da comunicação professor-aluno na teoria da educação de Carl R. Rogers. Dissertação de Mestrado não-publicada, Universidade Católica de São Paulo.

Augras, M. (1981). O ser da compreensão: Fenomenologia da situação de psicodiagnóstico. Petrópolis: Vozes.

Bicudo, M. A. V. (1990). Notas sobre o seminário realizado pelo professor Amadeo Giorgi sobre fenomenologia e a pesquisa qualitativa em psicologia. *A Sociedade Cadernos da Sociedade de Estudo e Pesquisa Qualitativos - São Paulo*, 1(1), 73-88.

Bornheim, G. A. (1970) *Introdução ao filosofar: O pensamento filosófico em base existenciais*. Porto Alegre: Globo

Bornheim, G. A. (1972) *Metafísica e finitude: Ensaio filosófico*. Porto Alegre : Movimento.

Bruns, M. A., & Holanda, A. F. (Orgs.). (2001). *Psicologia e pesquisa fenomenológica: Reflexões e perspectivas*. São Paulo: Editora Ômega.

Bruns, M. A., & Trindade, E. (2001). Metodologia fenomenológica: A contribuição de ontologia-hermenêutica de Martin Heidegger. Em M. A. Bruns & A. F. Holanda (Orgs),). Psicologia e pesquisa fenomenológica: Reflexões e perspectivas (pp. 67-82). São Paulo: Editora Ômega.

Cabral, A. (1964). Nilton Campos (1898-1963). *Jornal Brasileiro de Psicologia*, 1(2), 3-12.

Cassel, R. N. (Org.). (1974). Carl Rogers: Humanistic psychologist and educator (Special Issue). *Education*, 95, 101-203.

Cavalcanti, R. M. N. T. (1977). Raízes filosóficas do pensamento de Carl Rogers. Dissertação de Mestrado não publicada, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Ciornai, S. (1998). Gestalt-therapy in Brazil. *Gestalt Review*, 2(2), 108-119. (Disponível em versão eletrônica: www.g-g.org/gej/3-3/brazil.html)

Cloonan, T. F. (1995). The early history of phenomenological psychological research in América. *Journal of Phenomenological Psychology*, 26(1), 46-127.

Colaizzi, P. F. (1971). Analysis of the learner's perception of learning material at various phases of a learning process. Em A. Giorgi, W. F. Fischers & R. von Eckartsberg (Orgs.), *Duquesne studies in phenomenological psychology: Volume I*. (pp. 101-111). Pittsburgh: Duquesne University Press.

De La Puente, M. (1970). *Carl R. Rogers: De la psychothérapie à l'enseignement*. Paris: Ed. de l' Epi.

De La Puente, M. (1973). Sobre a recente psicologia social de Carl Rogers. *Boletim de Psicologia*, 25(65), 185-193.

De La Puente, M. (1978). *O ensino centrado no estudante: Renovação e crítica das teorias educacionais de Carl R. Rogers*. São Paulo: Cortez & Moraes.

Embree L. (Org.) (1997). *Encyclopedia of Phenomenology*. Dordrecht, Netherlands: Kluwer Academic Publishers.

Fadiman J. & Frager R. (1979). Teorias da personalidade (O. G. Pinheiro, C. P. Sampaio & S. Safdié, Trans.). São Paulo: Editora Harper & Row do Brasil Ltda. (Original publicado em inglês, 1979)

Féres-Carneiro, T., & Lo Bianco, A. C. (2003). Psicologia clínica: Uma identidade em permanente construção. Em O. H. Yamamoto & V. V. Gouveia (Orgs.), Construindo a psicologia brasileira (pp. 99-119). São Paulo: Casa do Psicólogo.

Ferrater-Mora, J. (1986). Dicionário de Filosofia (Vols. 1-4). Madrid: Alianza.

Figueiredo, L. C. (1989). Matrizes do pensamento psicológico. Petrópolis: Vozes.

Fiori, E. M. (1987). Metafísica e história. Porto Alegre: L&PM.

Fonseca, A. H. L. (1988). Grupo, fugacidade, ritmo e forma. São Paulo: Ágora.

Forghieri, Y. C. (1972). Técnicas psicoterapêuticas e aconselhamento terapêutico rogeriano. Tese de doutorado não publicada, Universidade de São Paulo.

Forghieri, Y. C. (Org.). (1984). Fenomenologia e psicologia. São Paulo: Cortez.

Forghieri, Y. C. (1993a). A Investigação Fenomenológica da Vivência: Justificativa, Origem, Desenvolvimento, Pesquisas Realizadas. Em Macedo, R. M. S. (Org.), Mapeamento da pesquisa em psicologia no Brasil (pp. 19-42). São Paulo: Associação Nacional de Pesquisa e Pós Graduação em Psicologia (Cadernos da ANPEPP, N. 2)

Forghieri, Y. C. (1993b). Psicologia fenomenológica: Fundamentos, método e pesquisa. São Paulo: Pioneira.

Franca, L. (1929). Noções de história da philosophia (4a edição). Rio de Janeiro: Pimenta de Mello.

França, V. (1989). Psicologia fenomenológica: Uma das maneiras de se fazer. Campinas: Editora da Unicamp.

Frankl, V. E. (1973). Psicoterapia e sentido da vida: Fundamentos da logoterapia e análise existencial (A. M. de Castro, Trad.). São Paulo: Quadrante (Original publicado em alemão, 1946)

Frazão, L. M. (1995). A Gestalt terapia. Em S. Ciornai (Org.), Gestalt-Terapia, Psicodrama e Terapias Neo-Reichianas no Brasil (pp. 11-22). São Paulo: Ágora.

Gauer, G., Souza, M. L., Molin, F., & Gomes, W. B. (1997). Terapias alternativas: Uma questão contemporânea em psicologia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 17(2), 21-32.

Gendlin, E. (1962). *Experiencing and the creation of meaning*. New York: Free Press.

Giorgi, A. (1978). *Psicologia como ciência humana: Uma abordagem fenomenológica* (R. S. Schwartzman, Trad.). Belo Horizonte: Interlivros. (Original publicado em inglês, 1970)

Giorgi, A., Fisher, C., & Murray, E. (Orgs.). (1975). *Duquesne studies in phenomenological psychology: Volume II*. Pittsburgh: Duquesne University Press.

Giorgi, A., Fisher, W. F., & R. von Eckartsberg, R. (Orgs.). (1971). *Duquesne studies in phenomenological psychology: Volume I*. Pittsburgh: Duquesne University Press.

Giorgi, A., Knowles, R., & Smith, D. L. (Orgs.). (1979). *Duquesne studies in phenomenologica psychology: Volume III*. Pittsburgh: Duquesne University Press.

Gomes, J. C. V. (1988). *A prática da psicoterapia existencial: Logoterapia*. Rio de Janeiro: Vozes.

Gomes, M. P. (1986). *Obesidade: Um enfoque fenomenológico-existencial*. Dissertação de mestrado não publicada, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Gomes, W. B. (1983). *Experimental psychotherapy and semiotic phenomenology: A methodological consideration of Eugene Gendlin's theory and application of focusing*. Tese de Doutorado não publicada, Southern Illinois University, Carbondale, IL.

Gomes, W. B. (1984). O que é fenomenologia semiótica? *Revista do Centro de Ciências Sociais e Humanas*, UFSM, 7(2), 225-243.

Gomes, W. B. (1985). O eidético e o empírico na psicologia fenomenológica. *Estudos de Psicologia*, Campinas, 2(2), 135-148.

Gomes, W. B. (1987). As aplicações sociais da pesquisa qualitativa. *Psicologia Reflexão e Crítica*, 2, 3-14.

Gomes, W. B. (1992). A experiência retrospectiva de estar em psicoterapia: Um segmento. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 6(1), 87-105.

Gomes, W. B. (Org.). (1998). *Fenomenologia e pesquisa em psicologia*. Porto Alegre: Editora da UFRGS.

Gomes, W. B. Reck, A., & Ganzo, C. (1988). A experiência retrospectiva de estar em psicoterapia: um estudo empírico-fenomenológico. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 4(3), 187-206.

Guimarães, A. C. (1979). *Farias Brito e as origens do existencialismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Halling, S. & Nill, J. D. (1995). A brief history of existential-phenomenological psychiatry and psychotherapy. *Journal of Phenomenological Psychology*, 26(1), 1-45.

Hart, J. T. & Tomlinson, T. M. (Orgs.). (1970). *New directions in client-centered therapy*. Boston: Houghton Mifflin.

Holanda, A. (1997). Fenomenologia, psicoterapia e psicologia humanista. *Estudos de Psicologia*, Campinas, 14(2), 33-46.

Holanda A. F., & Karwowski, S. L. (2003). *Produção Acadêmica em Gestalt-Terapia no Brasil: Análise de Mestrados e Doutorados*. Monografia não-publicada.

Justo, H (1988). Aprendizagem centrada no aluno: Depoimentos de universitários. *Educação (PUCRS)* 15, 71-85.

Justo, H. (1973). *Carl Rogers, teoria da personalidade, aprendizagem centrada no aluno*. Porto Alegre: Livraria Santo Antonio.

Justo, H. (2002). *Abordagem centrada na pessoa: Consensos e dissensos*. Petrópolis: Vozes.

Keen, E. (1979). *Introdução à psicologia fenomenológica* (H. Rodrigues, Trad.). Rio de Janeiro: Interamericana. (Original publicado em inglês, 1975).

Kogan, G. (1976). The genesis of gestalt therapy. Em C. Hatcher & P. Himmelstein (Orgs.), The handbook of gestalt therapy (pp.235-257). New York: Jason Aronson.

Kristensen, C. H., Almeida, R. M. M., & Gomes, W. B. (2001). Desenvolvimento histórico e fundamentos metodológicos da neuropsicologia cognitiva. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 14, 259-274.

Lanigan, R. (1972). *Speaking and semiology: Maurice Merleau-Ponty's phenomenological theory of existential communication*. The Hauge: Mouton.

Lima, A. A. (1951). *O existencialismo*. Rio de Janeiro: Agir.

Lukas, E. (1989). *Logoterapia: A força desafiadora do espírito* (José de Sá Porto, Trad.). Santos: Leopoldianum Editora / São Paulo: Edições Loyola.

Machado, G. P. (1968). A filosofia no Brasil. Apêndice de Johannes Hirschberger, *História da filosofia contemporânea* (pp. 225-312). São Paulo: Herder.

Machado, G. P. (1976) *A filosofia no Brasil*. São Paulo: Cortez e Moraes.

Mahfoud, M. (Org.) (1999). *Plantão psicológico: Novos Horizontes*. São Paulo: Companhia Ilimitada.

Mahoney, A. A. (1976). *Análise lógico-formal da teoria de aprendizagem de Carl Rogers*. Tese de Doutorado não publicada, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Maslow, A. H. (1970) *Introdução à psicologia do ser* (A. Cabral, Trad.). Rio de Janeiro: Livraria Eldorado. (Original publicado em inglês, 1968).

May, R. (Org.). (1975). *Psicologia existencial* (E. P. Xavier, Trad.). Porto Alegre: Editora Globo. (Original publicado em inglês, 1960)

May, R., Angel, E., & Ellenberg, H. F. (Orgs.). (1958). *Existence: A new dimension in psychiatry and psychology*. New York: Simon & Schuster.

Meira, I. (1983) *Gagueira: Do fato para o fenômeno*. São Paulo: Cortez.

Misiak, H., & Sexton, V. S. (1973). Phenomenological, existential, and humanistic psychologies. New York: Grune e Stratton.

Moreira, V. (1993). Psicoterapia centrada na pessoa e fenomenologia. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 1(9), 157-172.

Paim, A. (1967). História das idéias filosóficas no Brasil. São Paulo: Grijalbo/Unesp.

Penna, A. G. (1985). Sobre os fundamentos históricos e conceptuais da psicologia existencial: Acerca das contribuições de Kierkegaard. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 37(2), 8-15.

Penna, A. G. (1986). A fenomenologia da linguagem em Merleau-Ponty. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 38(3), 20-35.

Penna, A. G. (1992). História da Psicologia no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ: Imago.

Penna, A. G. (2001). Introdução à psicologia fenomenológica. Rio de Janeiro: Imago.

Perls, F. (1977). Gestalt-terapia explicada (G. Schlesinger, Trad.) São Paulo: Summus (Original publicado em inglês, 1969).

Perls, F. (1977). Isto é Gestalt (G. Schlesinger & M. J. Kovacs, Trad.). Summus Editorial (Original publicado em inglês, 1975).

Perls, F. (1979). Escarafunchando Fritz: Dentro e fora da lata de lixo (G. Schlesinger Trad.). São Paulo: Summus. (Original publicado em inglês, 1969).

Perls, F. Hefferline, R., & Goodman, P. (1997). Gestalt-terapia (F. R. Ribeiro, Trad.). São Paulo: Summus (Original publicado em inglês, 1951).

Perls, F. S. (2002) Ego, fome e agressão: Uma revisão da teoria e do método de Freud. (Georges D. J. Bloc Boris Trad.). São Paulo: Summus. (Original publicado em inglês, 1947).

Prestrelo, E. T. (2001). A história da Gestalt-terapia no Brasil: "peles-vermelhas" ou "caras-pálidas"?. Em: A. M. Jacó-Vilela, A. C. Cerezzo & H.B.C. Rodrigues (Orgs.),

Clio Psyché hoje: fazeres e dizeres psi na história do Brasil (pp.87-93).Rio de Janeiro: Relume Dumará.

Rabello, S. (1941). Farias Brito, ou uma aventura do espírito. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio.

Ribeiro, J. P. (1975). Gestalt Terapia: O processo grupal. São Paulo: Summus.

Ribeiro, J. P. (1985). Refazendo o caminho. São Paulo: Summus.

Rogers, C. R. (1959). A theory of therapy, personality, and interpersonal relationships, as developed in the client-centered framework. Em S. Koch (Org.), Psychology: A study of a science: Vol. 3, Formulations of the person and the social context (pp. 184-256). New York: McGraw-Hill.

Rogers, C. R. (1970). Tornar-se pessoa (M. C. Ferreira, Trad.). Lisboa: Moraes Editores (Original publicado em inglês,1961).

Rogers, C.R. (1971). Liberdade para aprender (E.G.M. Machado & M. P. Andrade, Trads.). Belo Horizonte: Interlivros de Minas Gerais. (Original publicado em inglês, 1969).

Rogers, C. (1972). Grupos de encontro (J. L. Proença, Trad.) Lisboa: Moraes Editores. (Original publicado em inglês, 1970).

Rogers, C. R. (1973). Psicoterapia e consulta psicológica (M. C. Ferreira, Trad.). Santos: Livraria Martins Fontes, Editora. (Original publicado em inglês, 1942).

Rogers, C. R. (1974). Novas formas do amor: O casamento e suas alternativas. (O.M. Cajado, Trad.) Rio de Janeiro:Livraria José Olímpio Editora. (Original publicado em inglês, 1972).

Rogers, C. R. (1974). Terapia centrada no paciente (M. C. Ferreira, Trad.). Lisboa: Moraes Editores. (Original publicado em inglês, 1951).

Rogers, C. R., & Kinget, G. M. (1975). Psicoterapia e relações humanas: Teoria e prática da terapia não diretiva (Vols. 1-2), (M. L. Bizzotto. Trad.). Belo Horizonte: Interlivros. (Original publicado em francês, 1965)

- Rogers, C.R. & Rosenberg, R.L. (1977). *A pessoa como centro*. São Paulo, SP: EPU.
- Rosenberg, R. (Org.). (1987a). *Aconselhamento psicológico centrado na pessoa*. São Paulo: E.P.U.
- Rosenberg, R. (Editora Convidada). (1987b). *Vivência acadêmica: O enfoque centrado na pessoa (Número especial)*. *Cadernos USP*, 2, 9-120.
- Rosenberg, R.L. (1972). *Um estudo de percepção de condições psicoterápicas em grupos de aconselhamento psicológico*. Tese de Doutorado não publicada, Universidade de São Paulo.
- Royce, J. R., & Mos, L. P. (1981). *Humanistic psychology*. New York: Plenum Press.
- Scheffer, R. (1964). *Aconselhamento Psicológico*. Rio de Janeiro, RJ: Fundo de Cultura.
- Scheffer, R. (1976). *Teorias de aconselhamento*. São Paulo, SP: Atlas.
- Schwartzman, R.S (1986). *Uma reflexão sobre as psicoterapias humanistas e a análise existencial*. *Jornal Brasileiro de Psiquiatria*, 3(35), 173-180.
- Shaffer, J. (1978). *Humanistic psychology*. Englewood Cliffs, NJ: Prentice-Hall.
- Simkin, J. S. (1979) *Gestalt therapy*. Em: J. Corsini (Org), *Current Psychotherapies* (pp.273-301). Itasca, IL: F.E. Peacock Publishers, Inc.
- Snygg, D., & Combs. A. (1949). *Individual behavior: A new frame of reference for psychology*. New York: Harder & Brothers.
- Spiegelberg, H. (1972). *Phenomenology in psychology and psychiatry*. Evanston: Northwestern University Press.
- Spiegelberg, H. (1982). *The fenomenological movement (Vols 1-2)*. The Hague: Martinus Nijhoff.
- Stein, E. (1966). *Introdução ao pensamento de Martin Heidegger*. Porto Alegre: Ithaca.

Stein, E. (1967). *Compreensão e finitude: Estrutura e movimento da interrogação heideggeriana*. São Paulo: Duas Cidades. Stein, E. (1976). *Melancolia*. Porto Alegre: Movimento.

Stevens, J. O. (1976). *Tornar-se presente: Experimentos de crescimento em Gestalt-terapia* (M. J. Kovacs & G. Schlesinger, Trad). São Paulo: Summus.

Tápia, L. E. O. (1984). *Descrição fenomenológica da experiência de crise existencial ou angústia*. Tese de doutorado não publicada, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Tassinari, M. A. & Portela, Y. R. (1995). *História da Abordagem Centrada na Pessoa no Brasil*. Trabalho apresentado no VI Fórum Internacional da Abordagem centrada na pessoa (Julho, Leptokarya, Grécia).

Tellegen, T. (1972). *Elementos da psicoterapia guesáltica*. *Boletim de Psicologia da Sociedade de Psicologia de São Paulo*, 24(64), 27-42.

Tellegen, T. (1982). *Reflexões sobre trabalho com grupos na abordagem gestáltica hoje. Algumas abordagens em psicoterapia e educação*. Dissertação de mestrado não publicada, Universidade de São Paulo.

Tellegen, T. (1984). *Gestalt e grupos: Uma perspectiva sistêmica*. São Paulo: Summus.

Teixeira, M. B. (1989). *Percepção e sentimentos de alunos durante a fraqüência à disciplina enfermagem psiquiátrica*. Tese de doutorado não publicada, Universidade de São Paulo.

Valle, R. S.; & Halling, S. (1989). *Existential-phenomenological perspectives in psychology*. New York: Plenum Press.

Valle, R.S. & King, M. (Orgs.). (1978). *Existential-phenomenological alternatives for psychology*. New York:Oxford University Press.

Van Kaan, A. (1959). *Phenomenological analysis: Exemplified by a study of the experience of "really feeling understood"*. *Journal of Individual Psychology*, 15, 66-72.

Weil, P. (1967). *Psicodrama* (com prefácio de J. L. Moreno). Rio de Janeiro: Edições CEPA.

Wood, J. K., Assumpção, M. L., Tassinari, M. A., Japur, M., Serra, M. & Rosenthal R. W. (1994). (Org.). (1994). Abordagem centrada na pessoa. Vitória: Editora Fundação Ceciliano Abel de Almeida/UFES.

Xausa, I. A. M. (1984). Logoterapia: Uma psicologia humanista e espiritual. Dissertação de mestrado não-publicada, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Xausa, I. A. M. (1986). A psicologia do sentido da vida. Petrópolis, RJ: Vozes.

Zavalloni, Roberto (1956). Educação e personalidade (G. A. Buzzi, Trad.). Petrópolis, RJ: Vozes